



SECRETARIA DE RECURSOS HÍDRICOS E SANEAMENTO - SRHS
COMPANHIA PERNAMBUCANA DE SANEAMENTO - COMPESA
CNPJ - 09.769.035/0001-64 - NIRE. 26300040271
www.compesa.com.br



GOVERNO DE
PERNAMBUCO
ESTADO DE MUDANÇA

RELATÓRIO INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO E SUSTENTABILIDADE

O Relatório Integrado de Administração e Sustentabilidade, disposto na Lei 13.303/2016, art.8º, IX, apresenta as principais estratégias da empresa no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2025 e os principais resultados deste ano, incluindo temas como governança, comercial, econômico-financeiro, gestão de pessoas e investimento.

CONTEXTO OPERACIONAL E ECONÔMICO

A Companhia, atua no setor de saneamento básico em Pernambuco, prestando serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Em 2025, operou em um ambiente desafiador, marcado por pressão inflacionária, demanda crescente por investimentos e avanços decorrentes do Novo Marco Legal do Saneamento (Lei Federal nº 14.026/2020). Ainda assim, manteve resiliência operacional e disciplina financeira, registrando lucro líquido de R\$ 192,29 milhões, crescimento de 35,25% em relação a 2024 (R\$ 142,17 milhões).

A receita de serviços totalizou R\$ 2,685 bilhões (+4,59%), sendo R\$ 1,980 bilhão em abastecimento de água (+3,64%) e R\$ 705 milhões em esgotamento sanitário (+7,35%), refletindo a ampliação da cobertura. A receita de construção atingiu R\$ 619 milhões (+42,74%), impulsionada pela intensificação de obras estruturantes. O desempenho foi sustentado pela expansão de redes, novas ligações, reajustes tarifários, melhorias no faturamento e ações de redução de perdas.

O ano também foi marcado pela realização do leilão da concessão parcial dos serviços no estado, reforçando o novo modelo setorial, voltado à ampliação de investimentos e à expansão dos serviços, com a Companhia concentrando sua atuação na produção de água.

Em 2025, foram atendidas mais de 6,6 milhões de pessoas com abastecimento de água e cerca de 1,8 milhão com esgotamento sanitário. A Companhia avançou na modernização operacional, com adoção de automação, telemetria e sistemas de informação, elevando a eficiência e a confiabilidade dos sistemas.

Como resultado das ações de eficiência, houve redução de 7% nas perdas por ligação. Ao longo do ano, foram realizadas mais de 40 operações de fiscalização em mais de 20 municípios, com apoio da Secretaria de Defesa Social (SDS), Polícia Militar e Polícia Civil, fortalecendo o combate a

irregularidades e furtos de água.

Os principais indicadores financeiros para o ano de 2025 foram:

Indicador	2025	2024	Varição
Receita Líquida	R\$ 3,180 bilhões	R\$ 2,886 bilhões	10,19%
Receita Op. Líquida (excl. construção)	R\$ 2,561 bilhões	R\$ 2,452 bilhões	4,43%
EBITDA	R\$ 420 milhões	R\$ 345 milhões	21,62%
Margem EBITDA	16,38%	14,07%	+2,31 p.p.
Lucro Líquido	R\$ 192,29 milhões	R\$ 142,17 milhões	35,25%
Dívida Líquida / EBITDA	1,12x	1,61x	-0,49x
ISC	102,14%	102,23%	-0,09 p.p.

O ano de 2025 marca a consolidação de um novo ciclo do saneamento em Pernambuco, caracterizado pela ampliação dos investimentos, fortalecimento da governança e avanço de obras estruturantes voltadas à segurança hídrica e à expansão dos serviços, representando investimentos na ordem de R\$ 642 milhões, em 2025, em conjunto com o Programa Cidade Saneada.

Entre os principais destaques em água, o Programa de Perfuração e Reativação de Poços da Região Metropolitana do Recife prevê 35 poços, incremento de 745 L/s na vazão e investimento de R\$ 100 milhões, beneficiando cerca de 425 mil pessoas. O reforço da produção e requalificação do Sistema Botafogo, integrado ao Sistema Adutor Arataca II, soma aproximadamente R\$ 150 milhões, ampliando a oferta de água na área Norte da Região Metropolitana.

A Adutora do Agreste, com investimento de cerca de R\$ 2 bilhões, terá vazão de 2 mil L/s, atendendo 1,3 milhão de pessoas em 23 municípios. Já a Adutora de Serro Azul (R\$ 230 milhões) e a Adutora Alto Capibaribe (R\$ 92 milhões) reforçam a segurança hídrica entre a Zona da Mata Sul e o Agreste pernambucano.

Na área de esgotamento sanitário, destacam-se: SES Cabanga – 2ª Etapa (R\$ 52 milhões, 47 mil beneficiados); SES Prazeres – 2ª Etapa (R\$ 204 milhões, 191 mil beneficiados); SES Cabo de Santo Agostinho – 1ª Etapa (R\$ 44 milhões); SES Araçoiaba (R\$ 60 milhões, 15,4 mil beneficiados) e SES Alto

do Moura – complementação (R\$ 36 milhões, cerca de 29 mil beneficiados), todos com conclusão prevista para o primeiro semestre de 2026.

Em julho de 2025, a Companhia fortaleceu sua capacidade de investimento com a contratação de crédito de R\$ 78 milhões junto ao Banco do Nordeste do Brasil, destinado à aquisição de máquinas e equipamentos. Em dezembro, firmou acordo com a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD) no valor de € 200 milhões, marco relevante para o saneamento em Pernambuco, voltado a projetos como implantação de poços, duplicação de adutoras, requalificação de sistemas, melhorias operacionais e eficiência energética.

No campo socioambiental, a Companhia manteve seu compromisso com a sustentabilidade por meio de ações contínuas, beneficiando mais de 76 mil pessoas em aproximadamente 44 mil atividades. Em 2025, projetos de educação ambiental alcançaram mais de 12 mil pessoas em 103 municípios. O Museu Universo Compesa realizou 235 ações, com participação de 147 instituições e público de quase 7.000 visitantes.

A governança corporativa seguiu orientada à gestão por resultados, com foco em eficiência, transparência, integridade e conformidade legal, fortalecendo práticas de gestão de riscos e combate à corrupção.

Para os próximos anos, estão previstos R\$ 9,6 bilhões em investimentos, incluindo o Programa Cidade Saneada, com prioridade para conclusão de adutoras estruturantes, reforço dos sistemas produtores, redução de perdas, aumento da eficiência energética e modernização da gestão. Também estão previstas iniciativas como uso de geointeligência, aprimoramento da gestão de ativos e reestruturação organizacional alinhada ao novo modelo operacional.

A Administração reafirma seu compromisso com a melhoria contínua dos serviços e agradece a confiança de acionistas, clientes, colaboradores e parceiros.

Nos termos da legislação vigente, declaramos que as informações contidas neste relatório refletem de maneira fidedigna a situação econômico-financeira da Companhia.

Em atendimento à Lei das Estatais - Lei Federal nº 13.303/2016, o Relatório Integrado de Administração e Sustentabilidade 2025 está acessível nos canais de comunicação da empresa, disponíveis para consulta no site da Compesa: <https://servicos.compesa.com.br/governanca>.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas e Administradores da
Companhia Pernambucana de Saneamento - COMPESA
Recife - PE

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da COMPANHIA PERNAMBUCANA DE SANEAMENTO - COMPESA, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COMPANHIA PERNAMBUCANA DE SANEAMENTO - COMPESA em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pela International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à COMPANHIA PERNAMBUCANA DE SANEAMENTO - COMPESA, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sem ressalva.

Ênfase

Leilão de Concessão de Serviços de Saneamento

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 4.1 às demonstrações contábeis, que descreve o processo de reestruturação do modelo operacional da Companhia decorrente do leilão de concessão dos serviços públicos de saneamento básico do Estado de Pernambuco, realizado em 18 de dezembro de 2025, bem como os efeitos esperados dessa transação.

Conforme descrito na referida nota explicativa, a Companhia deixará, gradualmente, de atuar na distribuição direta de água e na prestação de serviços de esgotamento sanitário aos usuários finais nas áreas concedidas, passando a operar predominantemente no fornecimento de água tratada em regime de atacado aos novos concessionários e coleta de esgoto por meio de PPP na região metropolitana. Essa mudança poderá impactar, de forma relevante, a natureza das operações, a geração de receitas e a recuperabilidade dos ativos vinculados às concessões atualmente mantidas pela Companhia.

A Administração encontra-se em processo de avaliação dos impactos contábeis decorrentes dessa reestruturação, incluindo a análise do valor recuperável dos ativos intangíveis de concessão e eventuais revisões de estimativas contábeis. Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto.

Eventos Subsequentes

Destacamos o disposto na Nota Explicativa nº 32 às demonstrações contábeis, que descreve os eventos subsequentes relacionados ao processo de concessão regionalizada dos serviços de saneamento básico do Estado de Pernambuco.

Conforme divulgado, em 07 de abril de 2026 foi assinado o contrato de

concessão do Bloco 1 – Sertão, iniciando-se o período de transição operacional, bem como houve o recebimento, pela Companhia, de parcela de outorga no montante de R\$ 212,5 milhões. Adicionalmente, encontra-se em andamento a formalização do contrato referente ao Bloco 2 – RMR/Pajeú, cuja assinatura é esperada para ocorrer após a data-base das demonstrações contábeis.

Tais eventos estão inseridos no contexto de reestruturação do modelo operacional da Companhia, podendo resultar em impactos relevantes sobre suas operações futuras, posição patrimonial e fluxos de caixa, os quais dependem da conclusão das etapas remanescentes e da definição dos termos contratuais aplicáveis. Nossa opinião não sofre modificação em decorrência desse assunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras do exercício findo de 31 de dezembro de 2024, apresentadas exclusivamente para fins de comparabilidade, foram examinadas por outros auditores, cujo relatório foi emitido em data de 04 de abril de 2025, sem modificação de opinião.

Demonstrações dos Valor Adicionado – DVA

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 (R1) – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, a demonstração do valor adicionado acima referida foi adequadamente apresentada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da COMPESA continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a COMPESA ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da COMPESA são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e

são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do COMPANHIA PERNAMBUCANA DE SANEAMENTO - COMPESA.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o COMPANHIA PERNAMBUCANA DE SANEAMENTO - COMPESA a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Recife, 20 de abril de 2026.

AUDIMEC
AUDITORES INDEPENDENTES

CR/PE nº 000150/O CNAI/PJ nº 029 CVM nº 12327
Phillipe de Aquino Pereira
Contador - CR/PE 028157/O-2
Sócio - CNAI 4747

Continua →

COMPANHIA PERNAMBUCANA DE SANEAMENTO - COMPESA (CONTINUAÇÃO)

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	182.357	254.905
Contas a receber de clientes	6	914.471	850.878
Estoques	7	19.811	14.282
Ativo fiscal corrente	8	78.368	46.088
Convênios e outros investimentos	9	30.657	30.270
Outros créditos a receber	10	1.585	1.548
Despesas antecipadas		3.063	3.063
Total do ativo circulante		1.230.312	1.201.034
Não circulante			
Realizável a Longo Prazo			
Contas a receber de clientes	6	30.318	20.875
Ativo fiscal diferido	8	24.183	24.183
Convênios e outros investimentos	9	149.892	147.920
Depósitos judiciais	22	77.193	78.891
Ativo de Contratos	11	310.813	304.889
		592.399	576.758
Imobilizado	12	164.360	159.994
Intangível	13	10.364.686	9.793.825
Total do ativo não circulante		11.121.445	10.530.577
TOTAL DO ATIVO		12.351.757	11.731.611
Passivo			
Circulante			
Arrendamento	15	19.024	18.972
Empréstimos e financiamentos	16.a	145.740	377.043
Fornecedores	17	179.832	168.913
Depósitos e retenções contratuais		459	411
Passivo fiscal - corrente	18	64.557	38.749
Passivo fiscal - diferido	18	2.568	2.568
Consignações a recolher		5.857	5.345
Salários e encargos sociais a pagar	19	50.425	44.441
Juros sobre capital próprio a pagar	24	38.026	29.168
Outras contas a pagar	20	153.839	112.160
Total do passivo circulante		660.327	797.770
Não circulante			
Arrendamento	15	2.444	3.613
Empréstimos e financiamentos	16.a	511.198	435.083
Provisões e passivos contingentes	22	191.821	130.001
Passivo fiscal - corrente	18	170	234
Outras contas a pagar	20	104.665	102.577
PPP - Esgotamento Sanitário RMR/Goiana	21	1.756.356	1.627.573
Juros sobre capital próprio - Estado de Pernambuco	24	-	180.274
Benefício a empregados	23	380.611	339.432
Total do passivo não circulante		2.947.265	2.818.787
TOTAL DO PASSIVO		3.607.592	3.616.557
Patrimônio líquido			
Capital social	25.a	7.945.812	7.761.434
Adiantamento para futuro aumento de capital	25.b	465.370	92.466
Ajustes de avaliação patrimonial		(39.396)	(48.628)
Reservas de Lucros		372.379	309.782
Lucros/Prejuízos acumulados		-	-
Total do patrimônio líquido		8.744.165	8.115.054
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		12.351.757	11.731.611

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de Reais)

	Nota	01/01/2025 a 31/12/2025	01/01/2024 a 31/12/2024
Receita Líquida	26	3.180.315	2.886.188
Custo dos serviços prestados	27	(2.238.126)	(2.021.333)
Lucro bruto		942.189	864.855
Receitas (despesas) operacionais			
Comerciais	28.a	(349.730)	(425.097)
Administrativas	28.b	(300.888)	(286.393)
Tributárias	28.c	(18.456)	(21.082)
Outras receitas (despesas), líquidas	28.d	(1.507)	88.032
		(670.581)	(644.540)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras, líquidas		271.608	220.315
Receitas financeiras	29	74.570	80.980
Despesas financeiras	29	(139.369)	(136.334)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	29	(64.799)	(55.354)
Resultado antes do tributo		206.809	164.961
Contribuição social sobre o lucro líquido		(14.523)	(22.792)
Lucro líquido do exercício		192.286	142.169
Resultado por ação			
Resultado por ação - básico e diluído (em unidades de R\$)		0,89	0,67

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de Reais)

	01/01/2025 a 31/12/2025	01/01/2024 a 31/12/2024
Lucro líquido do exercício	192.286	142.169
Resultados abrangentes		
Ganhos atuariais líquidos - Plano de pensão e saúde	31.795	19.524
Varição líquida do valor justo de investimentos	-	197
Resultado abrangente total	224.081	161.890

DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS
PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de Reais)

	01/01/2025 a 31/12/2025	01/01/2024 a 31/12/2024
Receitas		
Água, esgoto e serviços	2.684.839	2.567.000
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa	(275.607)	(358.545)
Cancelamento	(27.765)	(22.554)
Outros	(44.846)	46.910
Insumos adquiridos de terceiros		
Materiais consumidos	(146.450)	(139.038)
Energia	(315.776)	(326.928)
Serviços de terceiros	(799.551)	(747.798)
Outros	(92.241)	(101.780)
Valor adicionado bruto	982.603	917.267
Retenções		
Depreciação e amortização	(142.213)	(124.649)
Valor adicionado líquido produzido	840.390	792.618
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	74.570	80.980
Aluguéis	1.427	1.504
Valor adicionado total a distribuir	916.387	875.102
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	239.806	231.683
Benefícios	140.849	133.112
FGTS	17.193	31.333
Tributos	185.825	199.635
Federais	170.793	185.586
Estaduais	13.323	12.290
Municipais	1.709	1.759
Remuneração de capitais de terceiros	140.428	137.170
Juros	139.369	136.334
Aluguéis	1.059	836
Remuneração de capitais próprios	192.286	142.169
Juros Sobre o Capital Próprio - JCP	37.777	28.932
Resultados retidos	154.509	113.237
Total distribuído	916.387	875.102

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de Reais)

Nota 24	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	Ajustes de avaliação patrimonial	Reservas			Lucros/Prejuízos acumulados	Total
				Reserva legal	Reserva estatutária	Reserva para dividendos adicionais		
Saldo em 01 de janeiro de 2024	7.472.434	231.707	(54.085)	65.515	131.030	57.293	-	7.903.894
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	92.466	-	-	-	-	-	92.466
Integralização de capital	289.000	(231.707)	-	-	-	(57.293)	-	-
Valor justo de instrumento financeiro/patrimonial	-	-	197	-	-	-	-	197
Ajuste benefício a empregados	-	-	5.260	-	-	-	-	5.260
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	142.169	142.169
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	(28.932)	(28.932)
Constituição de reservas	-	-	-	7.108	14.217	91.912	(113.237)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	7.761.434	92.466	(48.628)	72.623	145.247	91.912	-	8.115.054
Saldo em 01 de janeiro de 2025	7.761.434	92.466	(48.628)	72.623	145.247	91.912	-	8.115.054
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	465.370	-	-	-	-	-	465.370
Integralização de capital	184.378	(92.466)	-	-	-	(91.912)	-	-
Valor justo de instrumento financeiro/patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste benefício a empregados	-	-	9.232	-	-	-	-	9.232
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	192.286	192.286
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	(37.777)	(37.777)
Constituição de Reservas	-	-	-	9.614	19.229	125.666	(154.509)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	7.945.812	465.370	(39.396)	82.237	164.476	125.666	-	8.744.165

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Continua →

COMPANHIA PERNAMBUCANA DE SANEAMENTO - COMPESA (CONTINUAÇÃO)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Companhia Pernambucana de Saneamento – COMPESA (“Companhia” ou “Compesa”), sediada Av. Cruz Cabugá, 1387 - Santo Amaro, Recife - PE, é uma sociedade de economia mista de capital fechado controlada pelo Governo do Estado de Pernambuco. Instituída pela Lei Estadual nº 6.307, de 29 de julho de 1971, tem por objetivo social, mediante delegação do Estado de Pernambuco e seus municípios, a exploração de serviços de saneamento básico, principalmente a distribuição de água, coleta e tratamento de esgoto sanitário, sendo tais serviços regulados pela Agência Reguladora de Pernambuco - ARPE.

A Companhia colabora com órgãos e entidades federais, estaduais e municipais em assuntos pertinentes ao desenvolvimento de seus objetivos básicos. Além disso, promove a realização de estudos, projetos e execução de obras relativas a novas instalações, ampliações de redes de distribuição de água e redes de coleta e tratamento de esgoto sanitário.

1.1 Contexto Operacional

A Compesa explora, por meio de concessões municipais, a prestação do serviço de abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgoto em 173 dos 185 municípios do Estado de Pernambuco, incluído nesses o distrito de Fernando de Noronha.

A prestação de serviços foi regionalizada, através de criação de duas microrregiões: Sertão e RMR – Pajeú. Na microrregião do Sertão, existem 23 concessões operando com contratos com prazo de validade definido até 31 de dezembro 2050 e uma concessão está sendo executada sem contrato (Santa Cruz da Baixa Verde). Na microrregião do RMR – Pajeú, existem 137 concessões operando com contratos com prazo de validade definido até 31 de dezembro 2050 e 12 estão sendo executadas por meio Contrato de Prestação Regionalizada (Barreiros, Caruaru, Chã de Alegria, Fernando de Noronha, Jatobá, Lagoa do Carro, Nazaré da Mata, Pedra, Ribeirão, Santa Cruz, São Vicente Ferrer, Tamandaré).

O quadro a seguir evidencia a situação das concessões atualmente operadas pela Compesa e o faturamento do período a elas vinculadas:

	Quantidade de Contratos	Faturamento 31/12/2025(*)	%
Microrregião Sertão	24	271.712	10,23%
Até 31/12/2050	23	270.324	10,18%
Operado sem contrato	1	1.388	0,05%
Microrregião RMR-Pajeú	149	2.385.362	89,77%
RMR - Até 31/12/2050	14	1.488.506	56,02%
Outros - Até 31/12/2050	123	673.867	25,36%
Contrato de Prestação Regionalizada - até 31/12/2033	12	222.988	8,39%
TOTAL	173	2.657.074	100%

(*) Refere-se ao faturamento, deduzidos os cancelamentos e as receitas de construção (nota 26).

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1 Declaração de Conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com as Leis 6.404/76, 11.638/07 e 11.941/09, refletindo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil. Essas práticas incluem a legislação societária brasileira, bem como os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A autorização para a emissão das Demonstrações Contábeis foi concedida pela Administração da Companhia em 20 de abril de 2026.

2.2 Continuidade Operacional

A Administração da Companhia tem implementado um planejamento estratégico e ações voltadas para a sustentabilidade de seus negócios, avaliando que possui os recursos necessários para garantir a continuidade de suas operações. Além disso, a Administração não tem conhecimento de qualquer incerteza relevante que possa comprometer a continuidade operacional da Companhia. Portanto, as demonstrações contábeis foram elaboradas levando em consideração este pressuposto.

2.3 Base de Mensuração e Apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, e os ativos financeiros foram mensurados ao valor justo. Além disso, determinadas classes de ativos e passivos, tanto circulantes quanto não circulantes, foram consideradas de acordo com o que está apresentado nas respectivas notas explicativas.

2.4 Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

Todos os valores apresentados nas demonstrações contábeis, incluindo os constantes nas notas explicativas, estão expressos em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia, exceto quando indicado de outra forma.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Conforme as orientações do Comitê Internacional de Normas Contábeis (IASB), as principais práticas contábeis e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações contábeis do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025 são consistentes com as práticas descritas na Nota Explicativa 3 das demonstrações contábeis da Companhia do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024.

3.1 Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não entraram em vigor em 31 de dezembro de 2025

As emissões/alterações de normas International Accounting Standards Board (“IFRS”) efetuadas pelo IASB que são efetivas para os períodos ou exercícios iniciados em 2024 não tiveram impactos nas Demonstrações Contábeis da Companhia. Adicionalmente, o IASB emitiu/revisou algumas normas IFRS, as quais tem sua adoção para o exercício de 2025 ou após, e a Companhia está avaliando os impactos em suas Demonstrações Contábeis da adoção destas normas:

Emissão da norma IFRS 18 – Apresentação e divulgação das demonstrações contábeis: estabelece os requerimentos para apresentação e divulgação do propósito geral das demonstrações financeiras para assegurar que sejam fornecidas informações relevantes que representem fielmente os ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas e despesas. Esta norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1º janeiro de 2027. A Companhia está avaliando os impactos em suas Demonstrações Contábeis da adoção desta norma;

Alteração das normas IFRS 9 e IFRS 7 – Alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros: esclarece aspectos relacionados a classificação e mensuração de instrumentos financeiros. Esta alteração nas normas é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01/01/2026. A Companhia está avaliando os impactos em suas Demonstrações Contábeis da adoção desta norma; e

Melhorias anuais nas normas IFRS: efetua alterações nas normas IFRS 1, abordando aspectos de primeira adoção relacionados a contabilidade de hedge; IFRS 7, abordando aspectos de ganhos e perdas na reversão de um instrumento financeiro, divulgações de risco de crédito e diferença entre valor justo e preço da transação; IFRS 9, abordando aspectos relacionados a reversão de passivos de arrendamento mercantil e preço de transação; IFRS 10, abordando a determinação do “de facto agent” e IAS 7, abordando aspectos relacionados ao método de custo. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciando em/ou após 01/01/2026. A Companhia está avaliando os impactos em suas Demonstrações Contábeis da adoção desta norma.

4. GESTÃO DE RISCOS

4.1 Gestão do Risco Operacional

O principal negócio da Companhia consiste na prestação de serviços de abastecimento de água e coleta de esgoto sanitário. Para isso, é fundamental a disponibilização e manutenção de infraestruturas e instalações operacionais que garantam a coleta, transporte, tratamento e disposição final adequada dos esgotos sanitários, abrangendo desde as ligações prediais até a destinação final para a produção de água de reuso ou seu lançamento de forma apropriada no meio ambiente. No que tange ao serviço de abastecimento de água, são necessárias similares infraestruturas e instalações operacionais, desde a captação até as ligações prediais e seus instrumentos de medição.

Os resultados da Companhia dependem da manutenção das concessões nos municípios em que atua.

Os contratos de prestação de serviços que a Compesa mantém com os municípios possuem prazos e formatos variados e passaram por um processo de revisão e aditamento em virtude das novas determinações impostas pela reforma do Marco Regulatório do Saneamento, conforme a edição da Lei Federal nº 14.026/2020. Essa lei estabelece, entre outras alterações, a formalização contratual de metas progressivas e graduais de redução de perdas, redução de intermitência no abastecimento, eficiência energética, qualidade e universalização dos serviços de água e esgotamento sanitário, que deverão alcançar níveis de 99% e 90%, respectivamente, até 2033.

Com o objetivo de alinhar-se ao Novo Marco, a Compesa firmou novos termos de atualização dos Contratos de Prestação Regionalizada dos Serviços. Em busca da proteção do ato jurídico perfeito, a equação econômico-financeira foi reequilibrada, levando em consideração a prestação regionalizada à qual cada município aderiu, mediante extensão de prazo, o que resultou na ampliação da vigência da avença original até 31 de dezembro de 2050.

Os serviços públicos de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário, dentro de seus limites territoriais, são de titularidade e competência dos municípios, em caso de interesse local, e do Estado em conjunto com os municípios, em situações de interesse comum. Diante do exposto, o titular cujo contrato de concessão dos serviços públicos de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário estiver extinto, ou caracterizado como precário pela ausência deste (art. 42 da Lei nº 8.987/1995 e alterações posteriores), deverá formular a política pública de saneamento conforme a legislação específica.

Os contratos referentes à prestação dos serviços públicos de saneamento básico devem conter, expressamente e sob pena de nulidade, as cláusulas essenciais previstas no art. 23 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, bem como a metodologia de cálculo de eventual indenização relativa aos bens reversíveis não amortizados no momento da extinção do contrato. A indenização dos investimentos vinculados a bens reversíveis ainda não amortizados ou depreciados, nos termos da Lei nº 8.987/1995, pode ser atribuída ao titular, que poderá delegar ao prestador que assumirá os serviços a responsabilidade pelo seu pagamento.

4.1.1 Leilão de Concessão de Serviços de Saneamento (Reestruturação do Modelo Operacional)

Em 18 de dezembro de 2025, realizou-se na B3, em São Paulo, o leilão da concessão dos serviços de saneamento básico do Estado de Pernambuco, abrangendo dois blocos: (i) Microrregião do Sertão, composto por 24 municípios, arrematado pelo grupo Pátria Investimentos pelo valor de outorga de R\$ 720 milhões, com investimentos previstos de R\$ 2,9 bilhões; e (ii) Região Metropolitana do Recife (RMR) – Pajeú, composto por 150 municípios e o arquipélago de Fernando de Noronha, arrematado pelo Consórcio Pernambuco Saneamento (Acciona e BRK Ambiental) pelo valor de outorga de R\$ 3,5 bilhões, com investimentos estimados de R\$ 15,4 bilhões. Relevante ressaltar que os valores de outorga serão atualizados monetariamente de acordo com as premissas contratuais.

Com a adjudicação das concessões, a Administração da Companhia avalia que haverá uma reestruturação relevante do seu modelo operacional, prevista para entrar em vigor no decorrer do exercício de 2026. Nesse novo arranjo, a Compesa permanecerá responsável pela produção e tratamento de água em atacado, e exclusivamente na Região Metropolitana do Estado de Pernambuco a coleta e tratamento de esgoto (serviço prestado por meio de PPP - BRK Ambiental), enquanto a distribuição e a prestação direta dos serviços aos usuários finais serão transferidas gradualmente aos novos concessionários privados.

A Administração esclarece que:

(i) A Companhia permanece operacional e em regime de continuidade, mantendo suas atividades essenciais de captação, tratamento e produção de água, além da gestão dos sistemas produtores sob sua responsabilidade;

(ii) A transição do escopo operacional implicará redução na base de receitas diretas decorrentes da distribuição de água e da coleta e tratamento de esgoto nos municípios abrangidos pelo leilão, com impacto esperado a partir de novembro de 2026. Em contrapartida, a Companhia passará a operar no modelo de prestação de serviços em atacado aos novos concessionários, mediante receitas oriundas do fornecimento de água tratada em regime regulado pela ARPE;

(iii) O Contrato de Parceria Público-Privada (PPP) celebrado com a BRK Ambiental para o esgotamento sanitário da Região Metropolitana do Recife e do Município de Goiana permanece vigente e inalterado, com prazo contratual de 35 anos a contar de julho de 2013. Registra-se que a BRK Ambiental integra o Consórcio Pernambuco Saneamento, vencedor do leilão do bloco RMR-Pajeú, o que implica que essa empresa passará a atuar concomitantemente como parceira da Compesa na PPP de esgoto e como concessionária de distribuição de água na mesma região;

(iv) A Administração está conduzindo análise das implicações contábeis decorrentes da reestruturação, incluindo a avaliação do valor recuperável dos ativos intangíveis de concessão vinculados aos municípios transferidos, em conformidade com o CPC 01 R1 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, e a revisão das vidas úteis para fins de amortização, em conformidade com o CPC 04 (R1);

(v) Os contratos de concessão vigentes permanecem em plena eficácia até a efetiva transferência aos novos operadores, e todos os direitos e obrigações da Companhia relacionados ao período remanescente serão observados nos termos da legislação aplicável, em especial a Lei nº 14.026/2020 (Marco Legal do Saneamento) e a Lei nº 8.987/1995.

A Administração monitorará o desenvolvimento do processo de transição e divulgará informações adicionais à medida que os termos definitivos dos contratos com os novos concessionários forem estabelecidos e seus impactos sobre a posição patrimonial e financeira da Companhia puderem ser estimados com maior precisão.

4.2 Risco de Crédito

Advém da possibilidade de a Companhia não receber valores decorrentes de caixas e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e outros depósitos em instituições financeiras, ou de clientes, nos casos de não cumprimento de suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de contas a receber de clientes, bem como da existência de ativos atuariais advindos dos planos de benefícios pós-emprego (COMPESAPREV, COMPESASAÚDE e PIA) não realizáveis.

Para atenuar o risco de operações com instituições financeiras, a Companhia segue a política de aplicar seus excedentes de caixa em aplicações financeiras de instituições conceituadas no mercado brasileiro, sempre buscando aplicações de baixo risco.

No que se refere ao risco de créditos com seus clientes, a exposição da Companhia é influenciada, em grande parte, pelas características individuais de cada cliente (privado e público), além da sua condição social. Como a Companhia possui uma carteira de clientes bastante pulverizada, atualmente seu risco de crédito está substancialmente representado por clientes com problemas de cadastro, que impossibilitam a Companhia de utilizar as ferramentas de inserção do devedor no Serviço de Proteção ao Crédito (SPC) ou na Serasa, como forma de promover a recuperação do valor (crédito). A Diretoria Comercial e Tecnologia (DCT), responsável pela gestão de risco de crédito, promove a atualização do seu cadastro de clientes, mantendo contratos de prestação de serviço com a CDL (SPC) e a Serasa, e revisa periodicamente sua política de cobrança no intuito de promover a redução da inadimplência de clientes privados.

O risco de não realização dos ativos atuariais com a COMPESAPREV decorre da existência de passivos financeiros da COMPESAPREV com a Compesa, bem como da inexistência na COMPESAPREV de reserva especial em favor da empresa patrocinadora, conforme previsto na Resolução CGPC 26/2008 emitida pela PREVIC - Superintendência Nacional de Previdência Complementar, para fazer em face deste ressarcimento. Com o objetivo de mitigar esse risco, anualmente são reavaliadas as taxas de contribuição dos participantes, bem como da patrocinadora do Plano (Compesa).

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do risco de crédito, que na data das demonstrações contábeis intermediárias foi:

Ativos financeiros não derivativos	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e equivalente de caixa	182.357	254.905
Contas a receber de clientes	944.789	871.753
Créditos de convênios e outros investimentos	180.549	178.190
Outros créditos a receber	1.585	1.548
	1.309.280	1.306.396

O vencimento dos recebíveis na data das demonstrações contábeis intermediárias era:

Ativos financeiros não derivativos	31/12/2025	31/12/2024
Não vencidos	675.019	730.929
Vencidos de 0 a 30 dias	73.275	75.151
Vencidos de 31 a 60 dias	43.612	41.603
Vencidos de 61 a 90 dias	35.009	35.057
Mais de 90 dias	482.365	423.656
	1.309.280	1.306.396

4.3 Risco de Liquidez

Baseia-se nas dificuldades que a Companhia eventualmente poderá enfrentar para cumprir com as obrigações associadas aos seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista. Nesse sentido, o gerenciamento da liquidez e do fluxo de caixa é efetuado diariamente pelas áreas de gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos e investimentos, reduzindo riscos de liquidez.

Além disso, a Companhia possui a prática de acompanhar o atendimento dos Covenants definidos nos contratos de empréstimos junto ao Banco do Brasil, Santander, Caixa Econômica Federal e ao consórcio Banco ABC e Banco Votorantim.

A seguir, está a maturidade dos passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados:

Passivos Financeiros não derivativos	31/12/2025	31/12/2024
Empréstimos e financiamentos	656.938	812.126
Fornecedores	179.832	168.913
Outras contas a pagar, PPP (PNC) e JCP (PNC)	2.052.622	2.022.584
Consignações a recolher	5.857	5.345
	2.895.249	3.008.968

*PNC – Passivo Não Circulante

Na tabela a seguir estão as maturidades contratuais de passivos financeiros:

Passivos financeiros não derivativos	Valor contábil	Fluxo de Caixa contratual	6 meses ou menos	6-12 meses
Empréstimos e financiamentos bancários	656.938	656.938	72.870	72.870
Fornecedores	179.832	179.832	89.916	89.916
Outras contas a pagar, PPP (PNC) e JCP (PNC)	2.052.622	2.052.622	367	110.156
Consignações a recolher	5.857	5.857	5.857	-
	2.895.249	2.895.249	169.010	272.942

Passivos financeiros não derivados

Passivos financeiros não derivados	1-2 anos	2-5 anos	mais que 5 anos
Empréstimos e financiamentos bancários	112.839	77.834	320.525
Fornecedores	-	-	-
Outras contas a pagar, PPP (PNC) e JCP (PNC)	694	512	1.940.893
Consignações a recolher	-	-	-
	113.533	78.346	2.261.418

4.4 Risco de Taxa de Juros

Esse risco é proveniente da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou aumentem as despesas financeiras relativas aos empréstimos e financiamentos ou diminuam as receitas financeiras relativas as aplicações financeiras. A Companhia considera sua exposição de risco baixa, em decorrência das dívidas (empréstimos e financiamentos) serem indexadas à Taxa de Certificado de Depósito Interbancário (CDI+ taxa fixa). As aplicações financeiras estão sendo remuneradas à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

Na data das demonstrações contábeis intermediárias, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros era o seguinte:

	31/12/2025	31/12/2024
Instrumentos de taxa fixa		
Ativos financeiros	1.309.280	1.306.396
Passivos financeiros	2.238.311	2.196.842
	(a) (929.031)	(890.446)
Instrumentos de taxa variável		
Ativos financeiros	164.431	236.747
Passivos financeiros	656.938	812.126
	(b) (492.507)	(575.379)
	(a-b) (436.524)	(315.067)

4.4.1 Análise de sensibilidade de valor justo para instrumentos de taxa fixa

A Companhia considera que os ativos e passivos financeiros remunerados à taxa fixa refletem o valor de mercado, uma vez que o valor justo reflete o valor faturado ao cliente (contas a receber de clientes) ou devido a terceiros (outras contas a receber e Créditos - Convênios).

	31/12/2025		31/12/2024	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Instrumentos de taxa fixa				
Ativos financeiros	1.309.280	1.309.280	1.306.396	1.306.396
Passivos financeiros	2.238.311	2.238.311	2.196.842	2.196.842
	(a) (929.031)	(929.031)	(890.446)	(890.446)
Instrumentos de taxa variável				
Ativos financeiros	164.431	164.431	236.747	236.747
Passivos financeiros	656.938	656.938	812.126	812.126
	(b) (492.507)	(492.507)	(575.379)	(575.379)
	(a-b) (436.524)	(436.524)	(315.067)	(315.067)

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Política Contábil:

Incluem o caixa, os depósitos bancários e as aplicações financeiras que são demonstradas ao custo, acrescidos dos rendimentos auferidos de acordo com as taxas pactuadas com as instituições financeiras, calculadas pró rata die e apropriadas

Continua →

COMPANHIA PERNAMBUCANA DE SANEAMENTO - COMPESA (CONTINUAÇÃO)

mensalmente. Uma aplicação financeira se qualifica como equivalente de caixa quando possui características de conversibilidade imediata com o próprio emissor em um montante conhecido de caixa e não está sujeita a risco de mudança significativa de valor.

Composição dos valores:

Caixa e Equivalentes de Caixa	31/12/2025	31/12/2024
Depósitos bancários vinculados	20.968	18.780
Aplicações financeiras	161.389	236.125
	182.357	254.905

Tipo de Aplicação Financeira	31/12/2025	31/12/2024
Fundos de Investimento	87.660	162.372
CDB	73.729	73.753
	161.389	236.125

As aplicações financeiras são de curto prazo e de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se, substancialmente, a aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários e Fundos de Investimentos em Renda Fixa. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de Aplicações Financeiras representa as transações de curto prazo, oriundas de empréstimos captados para investimento, capital de giro e aportes recebidos pelo Governo do Estado de Pernambuco, para obras em andamento ou ainda não iniciadas pela Companhia.

Algumas associações podem ser estabelecidas a partir dos valores dispostos no Caixa e Equivalentes de Caixa da Companhia. A primeira delas diz respeito a relação destes com os Passivos de Curto e Longo e Prazo da Compesa, possibilitando assim o conhecimento sobre o montante da Dívida Líquida da Empresa. Nesse sentido, informa-se que:

	31/12/2025	31/12/2024
Total dos passivos	3.607.592	3.616.557
(-) Caixa e equivalentes de caixa	182.357	(254.905)
Dívida Líquida = (A)	3.425.235	3.361.652
Total do Patrimônio Líquido = (B)	8.744.165	8.115.054
Relação Dívida Líquida sobre PL = (A/B)	0,39	0,41

A dívida líquida da companhia (A) em dezembro de 2025 é de R\$ 3.425.235 (R\$ 3.361.652 em dezembro de 2024). Por outro lado, o montante do Patrimônio Líquido (B) corresponde a R\$ 8.744.165 (R\$ 8.115.054 em dezembro de 2024). Confrontando-se o total do PL da Companhia com sua dívida líquida obtém-se um índice de 0,39 ou 39% (0,41 ou 41% em dezembro de 2024). Este índice significa que a dívida líquida da empresa corresponde a 39% do seu patrimônio líquido, o que pode ser considerado um nível moderado de endividamento.

Outra informação que se pode obter provém da relação do montante de Caixa e Equivalentes de Caixa da Companhia com o Total dos Passivos Circulantes, conforme observado a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e Equivalentes de Caixa = (A)	(A) 182.357	254.905
Total do Passivo Circulante = (B)	(B) 660.327	797.770
Indicador de Liquidez Imediata = A/B (A/B)	0,28	0,32

O valor correspondente ao Caixa e Equivalente de Caixa (A) confrontado com o Passivo Circulante da Companhia (B), fornece o indicador de Liquidez Imediata, que em dezembro de 2025 foi de 0,28 (0,32 em dezembro de 2024). Esse índice significa que, em dezembro de 2025, contando-se apenas com o valor das disponibilidades, sem considerar mais nenhum outro recurso econômico, a Companhia consegue liquidar cerca de 28% (32% em dezembro de 2024) de suas obrigações de curto prazo.

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES**Política Contábil:**

Clientes: O valor contabilizado neste grupo inclui as receitas de serviços decorrentes da distribuição de água e tratamento de esgoto sanitário medidos e faturados, ainda não recebidos e aquelas que ainda não foram faturadas, mas foram contabilizadas por estimativas pelo regime de competência, conforme o consumo estimado entre a data da última leitura e o final de cada mês, tendo por base o consumo médio de cada cliente.

Perdas por créditos não liquidados: De acordo com o CPC 48 – Instrumentos Financeiros e considerando a política de recuperação de créditos atualmente adotada pela Companhia, considera a taxa de perda histórica por faixa de vencimento, e a movimentação da provisão (constituição, reversão, baixas), a qual contempla a interrupção dos serviços prestados aos clientes inadimplentes, deste modo, a provisão incorrida é constituída com base nos valores a receber de consumidores residenciais, comerciais, industriais e Poder Público Federal vencidos há mais de 180 dias.

A Companhia não constitui provisão para perdas na realização de créditos do Poder Público Estadual, devido o mesmo ser parte relacionada controladora e possui histórico de regularização de débitos.

As perdas por créditos não liquidados que foram contabilizadas são baixadas quando atingido o prazo prescricional (10 anos), quando não judicializadas.

Composição dos valores do Contas a Receber:

	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Particulares	2.162.337	-	2.162.337
Perdas por créditos não liquidados	(1.464.686)	-	(1.464.686)
Órgãos públicos	108.443	-	108.443
Outros Créditos (a)	70.136	-	70.136
	876.230	-	876.230
Parcelamentos (b)	34.518	24.885	59.403
Financiamentos (c)	3.723	5.433	9.156
	38.241	30.318	68.559
Total	914.471	30.318	944.789

	31/12/2024		
	Circulante	Não Circulante	Total
Particulares	1.979.303	-	1.979.303
Perdas por créditos não liquidados	(1.279.002)	-	(1.279.002)
Órgãos públicos	94.513	-	94.513
Outros Créditos (a)	22.819	-	22.819
	817.633	-	817.633

Parcelamentos (b)	28.962	14.949	43.911
Financiamentos (c)	4.283	5.926	10.209
	33.245	20.875	54.120
	850.878	20.875	871.753

A vencer:

	31/12/2025	31/12/2024
Faturas de água e esgoto	241.969	242.166
Parcelamentos (b)	59.403	43.911
Financiamentos (c)	9.156	10.209
	310.528	296.286

Vencidas:

Até 30 dias	73.275	75.151
De 31 a 60 dias	43.612	41.603
De 61 a 90 dias	35.009	35.057
De 91 a 180 dias	95.703	94.748
Mais de 180 dias	386.662	328.908
	634.261	575.467
Total do circulante e não circulante	944.789	871.753

a) Outros Créditos: refere-se a créditos a realizar, recebimentos não identificados, arrecadação a discriminar e clientes a faturar;

b) Parcelamentos decorrentes de acordos realizados pela área comercial da Companhia sobre o saldo devedor de faturas de contas a receber de clientes em atraso;

c) Financiamentos decorrentes de ressarcimento dos custos incorridos pela Companhia na construção de ramais para possibilitar a conexão de clientes (empresa ou condomínio) à rede de abastecimento de água e/ou de esgoto, os quais são responsabilidade destes.

Composição das restrições contratuais:

Parte dos valores do Contas a Receber foi dado em garantia de empréstimos e direitos creditórios, conforme segue:

	31/12/2025	31/12/2024
Banco do Brasil III (BB 50)	-	2.300
Banco do Brasil IV (BB 100)	5.208	5.208
Banco do Brasil V (BB 100)	5.208	5.208
Banco do Brasil VI (BB 250)	13.021	13.021
Banco ABC (ABC 82)	5.300	5.300
Banco Votorantim	7.000	7.000
Santander (SANT 220)	25.000	25.000
IN-14	57.520	57.796
IN-22	2.269	818
BNB	1.715	-
	122.241	121.651

7. ESTOQUES**Política Contábil:**

Os estoques são formados principalmente por materiais de operação e manutenção das redes de água e esgoto, bem como de materiais de tratamento químico utilizados na prestação de serviço de coleta e distribuição de água e tratamento do esgoto sanitário, os quais são registrados no Ativo Circulante por seus custos médios de aquisição.

O custo dos estoques pode não ser recuperável se estes estiverem danificados, com data de validade vencida ou se tornarem total ou parcialmente obsoletos. A prática de reduzir o valor de custo dos estoques para o valor realizável líquido é consistente com o ponto de vista de que tais ativos não devem ser escriturados por quantias superiores àquelas que se espera que sejam realizadas pelo uso pretendido. A Companhia verifica a cada período de encerramento das Demonstrações Contábeis se existe a necessidade do reconhecimento de perdas pela não realização dos estoques.

Composição dos valores:

	31/12/2025	31/12/2024
Material de tratamento químico	9.348	6.108
Material de operação e manutenção	8.990	7.590
Outros materiais	1.473	584
	19.811	14.282

Os estoques representam uma das contas menos líquidas do Ativo Circulante. Nesse sentido, informa-se que:

	31/12/2025	31/12/2024
Total do Ativo Circulante = (A)	1.230.312	1.201.034
Menos: Total dos Estoques = (B)	(19.811)	(14.282)
Ativo Circulante Ajustado C = (A-B)	1.210.501	1.186.752
Total do Passivo Circulante = (D)	660.327	797.770
Indicador de Liquidez Seca = C/D	1,83	1,49

O Ativo Circulante Ajustado da Companhia (C) corresponde ao total do Ativo Circulante (A) deduzido dos seus Estoques (B). Em 31/12/2025 esse valor corresponde a R\$ 1.210.501 (R\$ 1.186.752 em 31/12/2024). Esse montante, confrontado com o Passivo Circulante da Companhia, fornece o indicador de Liquidez Seca, que foi de 1,83 em 31/12/2025 (1,49 em 31/12/2024), significando que o valor dos recursos econômicos da Companhia no curto prazo, descontando-se os estoques, correspondem a aproximadamente o dobro de suas dívidas correntes no mesmo período.

8. ATIVO FISCAL CORRENTE E DIFERIDO**Política Contábil:**

Os Ativos Fiscais Correntes correspondem ao valor do tributo recuperável sobre o lucro tributável (prejuízo fiscal) do período, demonstrados ao custo histórico.

Os Ativos Fiscais Diferidos correspondem aos valores dos tributos a recuperar em exercícios futuros sobre lucros com relação a diferenças temporárias dedutíveis e a compensação futura de prejuízos fiscais não utilizados, observando a base de cálculo de cada tributo. Os referidos ativos são demonstrados ao custo histórico e podem ser visualizados a seguir:

Composição dos valores:

Corrente	31/12/2025		31/12/2024	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Imposto de renda a recuperar	6.075	-	5.850	-
Contribuição social sobre o lucro líquido a recuperar	59.489	-	27.652	-
COFINS a recuperar	6.542	-	5.697	-
PIS a recuperar	1.833	-	1.530	-
INSS a recuperar	-	-	812	-
Outros	4.429	-	4.547	-
	78.368	-	46.088	-
IRPJ (a)	-	18.983	-	18.983
CSLL diferido (b)	-	5.200	-	5.200
	78.368	24.183	46.088	24.183

a) A companhia detém imunidade tributária recíproca sobre impostos que incidem sobre o Patrimônio e a Renda.

b) A contribuição social diferida é decorrente dos ajustes de provisão atuarial, incidente sobre os ganhos e perdas atuariais, após a adoção do CPC 33 (R1).

9. CONVÊNIOS E OUTROS INVESTIMENTOS**Política Contábil:**

Os depósitos vinculados representam depósitos efetuados pela empresa para garantia de contratos comerciais ou de natureza judicial. Os convênios referem-se a direitos/obrigações contraídas, relativas a convênios celebrados com entidades Municipais, Estaduais e Federais.

Os referidos ativos, pela sua natureza, são demonstrados ao custo histórico atualizados, subseqüentemente, por novas informações que podem vir a impactar seu valor.

Composição dos valores:

	31/12/2025	31/12/2024
Ativo Circulante		
Pessoal a disposição outros órgãos	30.657	30.270
Ativo não Circulante		
Convênios Federais	2.155	2.155
CPRM - Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais	2.155	2.155
Convênios Estaduais	5.873	5.873
Secretaria de Saúde do Estado de Pernambuco	1.193	1.913
Reintegra Brasil AS	2.890	2.890
Outros	1.070	1.070
Convênios Municipais	138.820	138.673
Prefeitura do Recife – FMSAN	135.323	135.323
Prefeitura de Petrolina	3.287	3.287
Outros	210	63
Aplicações financeiras - Garantia banco	3.041	622
Títulos, valores mobiliários e outros	3	597
	149.892	147.920

10. OUTROS CRÉDITOS A RECEBER**Política Contábil:**

O saldo de outros créditos a receber é composto, principalmente, por adiantamento a fornecedores, e estão demonstrados pelo custo histórico, conforme demonstrado abaixo:

Composição dos valores:

	31/12/2025	31/12/2024
Adiantamentos a fornecedores	514	487
Outras	1.071	1.061
	1.585	1.548

11. ATIVO DE CONTRATOS**Política Contábil:**

Conforme determinado pelo CPC 47 / IFRS 15 – Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados sob o escopo do ICPC 01 (R1) / IFRIC 12 – Contratos da Concessão, devem ser classificados como Ativo de Contrato durante o período de construção e transferidos para o Ativo Intangível somente após a conclusão das obras.

	31/12/2025				
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transfe-rência	Saldo final
Obras em andamento material para expansão	195.048	105.486	(7)	(88.011)	212.516
Obras em andamento material para automação	12.746	-	-	-	12.746
Obras em andamento material para plano de aplicação	860	2.017	(63)	(1.646)	1.168
Estoque de obras de concessão	96.235	1.695	-	(13.547)	84.383
	304.889	109.198	(70)	(103.204)	310.813

	31/12/2024				
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transfe-rência	Saldo final
Obras em andamento material para expansão	166.130	47.007	-	(18.089)	195.048
Obras em andamento material para automação	12.746	-	-	-	12.746
Obras em andamento material para plano de aplicação	613	1.417	-	(1.170)	860
Estoque de obras de concessão	99.326	7.342	-	(10.433)	96.235
	278.815	55.766	-	(29.692)	304.889

Continua →

COMPANHIA PERNAMBUCANA DE SANEAMENTO - COMPESA (CONTINUAÇÃO)**12. IMOBILIZADO****Política Contábil:**

Registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, os juros e demais encargos financeiros relacionados aos financiamentos destes imobilizados e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e na condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, acrescidos dos custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, quando aplicável.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil líquido do imobilizado e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado. A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A depreciação dos ativos é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação à vida útil estimada de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método reflete o padrão de consumo de benefícios econômico futuros incorporados no ativo. Os métodos de depreciação, a vida útil e os valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis de forma prospectiva.

Composição dos valores – Imobilizado

	31/12/2025		
	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
Máquinas, aparelhos e equipamentos	66.076	(30.525)	35.551
Computadores e periféricos	29.404	(23.274)	6.130
Telefonia e comunicação	2.059	(1.764)	295
Equipamentos Eletromecânicos	3.316	(395)	2.921
Ferramentas de manutenção	235	(177)	58
Bens de segurança	147	(141)	6
Eletrodoméstico	1.249	(986)	263
Móveis e utensílios	10.039	(6.801)	3.238
Veículos	1.918	(1.443)	475
Edificações	96.967	(8.826)	88.141
Terrenos	2.253	-	2.253
Direito de Uso - Contratos de Arrendamento	78.030	(56.562)	21.468
Bens sem tombamento	3.449	-	3.449
Outros	113	(1)	112
Total	295.255	(130.895)	164.360

	31/12/2024		
	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
Máquinas, aparelhos e equipamentos	60.601	(27.106)	33.495
Computadores e periféricos	28.728	(21.903)	6.825
Telefonia e comunicação	2.052	(1.713)	339
Equipamentos Eletromecânicos	3.279	(260)	3.019
Ferramentas de manutenção	202	(173)	29
Bens de segurança	147	(138)	9
Eletrodoméstico	1.227	(1.063)	164
Móveis e utensílios	9.659	(6.388)	3.271
Veículos	3.919	(1.113)	2.806
Edificações	89.258	(7.619)	81.639
Terrenos	2.253	-	2.253
Direito de Uso - Contratos de Arrendamento	61.784	(39.200)	22.584
Bens sem tombamento	3.449	-	3.449
Outros	113	(1)	112
Total	266.671	(106.677)	159.994

Composição dos valores – Movimentação Imobilizado

	31/12/2025				
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transfêrência	Saldo final
Máquinas, aparelhos e equipamentos	60.601	-	(843)	6.318	66.076
Computadores e periféricos	28.728	11	(229)	894	29.404
Telefonia e comunicação	2.052	-	(2)	9	2.059
Equipamentos Eletromecânicos	3.279	-	-	37	3.316
Ferramentas de manutenção	202	-	(1)	34	235
Bens de segurança	147	-	-	-	147
Eletrodoméstico	1.227	-	(15)	37	1.249
Móveis e utensílios	9.659	-	(41)	421	10.039
Veículos	3.919	-	(2.001)	-	1.918
Edificações	89.258	-	(12)	7.721	96.967
Terrenos	2.253	-	-	-	2.253
Direito de Uso - Contratos de Arrendamento	61.784	22.867	(6.621)	-	78.030
Bens sem tombamento	3.449	-	-	-	3.449
Outros	113	-	-	-	113
Total	266.671	22.878	(9.765)	15.471	295.255

Composição dos valores – Movimentação da Depreciação

	31/12/2025					
	Taxas (a.a.%)	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transfêrência	Saldo final
Máquinas, aparelhos e equipamentos	10	(27.106)	(3.806)	599	(212)	(30.525)
Computadores e periféricos	20	(21.903)	(1.528)	218	(61)	(23.274)
Telefonia e comunicação	20	(1.713)	(49)	2	(4)	(1.764)
Equipamentos Eletromecânicos	20	(260)	(163)	28	-	(395)
Ferramentas de manutenção	20	(173)	(4)	-	-	(177)

Bens de segurança	20	(138)	(3)	-	-	(141)
Eletrodoméstico	10	(1.063)	(35)	88	24	(986)
Móveis e utensílios	10	(6.388)	(433)	28	(8)	(6.801)
Veículos	10	(1.113)	(281)	(2.367)	2.318	(1.443)
Edificações	2	(7.619)	(1.212)	5	-	(8.826)
Direito de Uso - Contratos de Arrendamento		(39.200)	(17.362)	-	-	(56.562)
Outros		(1)	-	-	-	(1)
Total		(106.677)	(24.876)	(1.399)	2.057	(130.895)

13. INTANGÍVEL**Política Contábil:**

Contratos de concessão de serviços: O modelo de concessão celebrado entre Compe-sa e os municípios do Estado de Pernambuco estabelece que a Companhia tem o direito de operar a infraestrutura concedida e, por outro lado, os usuários dos serviços (consumidores finais) têm a responsabilidade de pagar pelos serviços oferecidos. De acordo com o ICPC 01, nesta modalidade de concessão, os ativos relativos à operação da concessão, sejam eles preexistentes ou posteriormente construídos, são contabilizados como intangíveis, os quais são mensurados pelo seu valor justo no momento inicial, incluindo os custos de empréstimo capitalizados. Posteriormente, tais ativos são deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas (quando existentes).

A amortização dos intangíveis vinculados aos Contratos de Concessão é calculada com base na sua vida útil econômica e a amortização dos bens vinculados aos Contratos de Programas é calculada pelos prazos de vigência dos contratos ou pela vida útil econômica dos bens componentes da infraestrutura para prestação dos serviços públicos, dos dois o menor.

Contratos de concessões – PPP: A Compe-sa e a BRK Ambiental Participações S.A. (BRK Ambiental) assinaram um contrato de Parceria Público-Privada (PPP) para levar os serviços de esgotamento sanitário para 14 municípios da Região Metropolitana do Recife e para a cidade de Goiana. O contrato de prestação de serviços tem prazo de 35 anos, com o propósito de implantação de 9.000 km de redes de esgoto, beneficiando 3,7 milhões de pessoas e aumentando a cobertura de esgoto na região de 30% para 90% até 2037. A operação da PPP teve início em julho de 2013.

Capitalização de Juros e Encargos Financeiros: Os juros e demais encargos financeiros relacionados a financiamentos do intangível em andamento são apropriados ao custo destes até a conclusão da construção e/ou instalação do bem. Após esse período, os referidos encargos são apropriados como despesa financeira.

De janeiro a dezembro de 2025, foram capitalizados juros e demais encargos financeiros incorridos sobre os empréstimos que financiaram os projetos e obras da Companhia, no montante de R\$ 9.477 (R\$ 12.490 de janeiro a dezembro de 2024).

Outros ativos intangíveis: Os demais ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros que têm vidas úteis finitas e são mensurados pelo custo total de aquisição, deduzido da despesa de amortização e das perdas por redução do valor recuperável acumuladas. A amortização é calculada sobre o custo de um ativo ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual, quando este está disponível para o uso.

Composição dos valores – Intangível

	31/12/2025		
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
Contratos de concessões	8.885.247	(1.192.905)	7.692.342
Contratos de concessões - PPP	2.724.527	(92.778)	2.631.749
Direitos de uso de softwares	47.795	(7.200)	40.595
	11.657.569	(1.292.883)	10.364.686

	31/12/2024		
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
Contratos de concessões	8.514.313	(1.104.961)	7.409.352
Contratos de concessões - PPP	2.420.549	(76.222)	2.344.327
Direitos de uso de softwares	47.180	(7.034)	40.146
	10.982.042	(1.188.217)	9.793.825

Composição dos valores – Movimentação Intangível

	31/12/2025					
	Taxas (a.a.%)	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transfêrência	Saldo final
Contratos de concessões						
Custo		8.514.313	294.165	(10.294)	87.063	8.885.247
Amortização	2%	(1.104.961)	(94.078)	3.370	2.764	(1.192.905)
		7.409.352	200.087	(6.924)	89.827	7.692.342
Contratos de concessões - PPP						
Custo		2.420.549	303.978	-	-	2.724.527
Amortização	2%	(76.222)	(16.556)	-	-	(92.778)
		2.344.327	287.422	-	-	2.631.749
Softwares - direitos de uso						
Custo		47.180	615	-	-	47.795
Amortização	10%	(7.034)	(166)	-	-	(7.200)
		40.146	449	-	-	40.595
		9.793.825	487.958	(6.924)	89.827	10.364.686

14. ANÁLISE DO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS**Política Contábil:**

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo, ou grupo de ativos (Unidade Geradora de Caixa), não é recuperável. Um ativo, ou grupo de ativos, é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo, ou do grupo de ativos, que possa ser razoavelmente estimado.

As premissas utilizadas para o cálculo da irrecuperabilidade dos ativos são revistas anualmente, salvo se houver forte evidência em contrário, que requeira uma alteração. Diante do exposto, as premissas relativas ao período findo em 31/12/2025 são as mesmas que foram divulgadas no Relatório Financeiro de 31/12/2024 e, portanto, não existem perdas por irrecuperabilidade a serem contabilizadas.

15. ARRENDAMENTO MERCANTIL**Política Contábil:**

Passivos de Arrendamento: Os passivos de arrendamento são mensurados pelo valor presente dos pagamentos contratuais devidos ao arrendador durante o prazo do arrendamento, sendo a taxa de desconto determinada por meio de aplicação de taxa incremental sobre empréstimos contraídos pela Companhia. Os pagamentos variáveis de arrendamento são incluídos apenas na mensuração do passivo de arrendamento se estes forem indexados a um índice ou taxa. Nesses casos, a mensuração inicial do passivo de arrendamento assume que o elemento variável permanecerá inalterado durante todo o prazo do arrendamento. Outros pagamentos variáveis de arrendamento são registrados no período a que se referem.

No reconhecimento inicial, o valor contábil do passivo de arrendamento também inclui:

- Valores esperados a serem pagos sob qualquer garantia de valor residual;
- O preço de exercício de qualquer opção de compra concedida em favor da Companhia, se for razoavelmente certo avaliar essa opção; e
- Quaisquer penalidades a pagar pela rescisão do contrato de arrendamento, se o prazo do arrendamento tiver sido estimado com base na opção de rescisão sendo exercida.

As obrigações correspondentes aos arrendamentos mercantis, líquidas dos encargos financeiros, são classificadas nos Passivos Circulante e Não Circulante de acordo com o prazo do contrato. Os encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento são reconhecidos na Demonstração do Resultado em cada período durante o prazo do arrendamento.

Ativos de Arrendamento: Ativos de direito de uso decorrentes do contrato de arrendamento mercantil são inicialmente mensurados pelo valor presente do passivo de arrendamento, reduzidos por quaisquer incentivos de arrendamento recebidos e aumentados para:

- Pagamentos de arrendamento feitos no início ou antes do início do arrendamento;
- Custos diretos iniciais incorridos; e
- O valor de qualquer provisão reconhecida quando a Companhia é obrigada, por contrato, a desmontar, remover ou restaurar o ativo arrendado.

A seguir apresenta-se a composição e movimentação dos ativos e passivos de arrendamento:

	31/12/2025					
	Ativo Não Circulante					
Arrendamento Mercantil	Saldo Inicial	Adição	Contrato Finalizado	Depreciação (-)	Atualização	Saldo Final
Ativo	61.785	22.090	(6.621)	-	776	78.030
Depreciação	(39.200)	-	6.621	(23.983)	-	(56.562)
Total	22.585	22.090	-	(23.983)	776	21.468

	31/12/2025						
	Passivo Circulante						
Arrendamento Mercantil	Saldo Inicial	Adição	Término de Contrato	Transfêrência	Pagamento Passivo (-)	Atualização	Saldo Final
Passivo	20.184	24.782	-	1.060	(25.621)	-	20.405
Juros	(1.212)	(2.692)	-	109	1.637	777	(1.381)
Total	18.972	22.090	-	(1.169)	(23.984)	777	19.024

	31/12/2025						
	Passivo Não Circulante						
Arrendamento Mercantil	Saldo Inicial	Adição	Término de Contrato	Transfêrência	Pagamento Passivo (-)	Atualização	Saldo Final
Passivo	3.951	-	-	(1.060)	-	-	2.891
Juros	(338)	-	-	(109)	-	-	(447)
Total	3.613	-	-	(1.169)	-	-	2.444

16. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS**Política Contábil:**

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, são apresentados pelo custo amortizado. Além disso, os empréstimos, financiamentos são classificados como passivo circulante, e as parcelas que ultrapassam 12 meses após a data do balanço são registradas no passivo não circulante.

a) Composição dos empréstimos e financiamentos:

	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Caixa Econômica Federal (IN 14) 0502.812-54 (a)	264	6.618	6.882
Caixa Econômica Federal (IN 14) 0502.805-62 (b)	2.500	62.583	65.083
Caixa Econômica Federal (IN 14) outros (c)	3.161	79.109	82.270
Caixa Econômica Federal (IN 22) 0521.443-89 (d)	725	16.364	17.089
Caixa Econômica Federal (IN 22) outros (e)	348	9.161	9.509
Banco do Brasil IV (BB 100) (g)	4.166	-	4.166
Banco do Brasil V (BB 100) (h)	25.000	-	25.000
Banco do Brasil VI (BB 250) (i)	62.500	20.833	83.333
Banco ABC (ABC 82) (j)	20.317	25.527	45.844
Banco Votorantim (BV 108) (k)	26.759	33.621	60.380
Banco Santander (SANT 220) (l)	-	175.996	175.996
New Development Bank (NDB US202) (m)	-	39.638	39.638
BNB (n)	-	48.289	48.289
Outros (o)	-	(6.541)	(6.541)
Total	145.740	511.198	656.938

	31/12/2024		
	Circulante	Não Circulante	Total
Caixa Econômica Federal (IN 14) 0502.812-54 (a)	7.000	-	7.000
Caixa Econômica Federal (IN 14) 0502.805-62 (b)	66.194	-	66.194
Caixa Econômica Federal (IN 14) outros (c)	84.904	-	84.904
Caixa Econômica Federal (IN 22) 0521.443-89 (d)	670	16.774	17.444
Caixa Econômica Federal (IN 22) outros (e)	62	1.808	1.870
Banco do Brasil III (BB 50) (f)	2.120	-	2.120
Banco do Brasil IV (BB 100) (g)	25.156	4.167	29.323
Banco do Brasil V (BB 100) (h)	25.137	25.000	50.137
Banco do Brasil VI (BB 250) (i)	63.390	83.333	146.723
Banco ABC (ABC 82) (j)	21.928	45.843	67.771
Banco Votorantim (BV 108) (k)	28.881	60.379	89.260
Banco Santander (SANT 220) (l)	51.343	169.583	220.926
New Development Bank (NDB US202) (m)	258	28.196	

COMPANHIA PERNAMBUCANA DE SANEAMENTO - COMPESA (CONTINUAÇÃO)

(a) Refere-se à Cédula de Crédito Bancário, emitida em 29/12/2017, no valor total de R\$ 14.040, destinada à implantação de adutora a partir da Estação de Tratamento de Água de Garanhuns para os municípios de Caetés e Capoeiras, dentro do Programa Saneamento para Todos – Público. Valor do Investimento: R\$ 15.600, sendo R\$ 1.560 de contrapartida da Compesa. Prazo de carência e desembolso: 48 meses. Prazo de amortização: 192 meses, contado a partir de janeiro/2022 (término da carência). Remuneração da Credora: 6% a.a., com uma taxa de administração de 2% a.a. e taxa de risco de crédito de 0,7% a.a. Foi oferecida como garantia, a cessão fiduciária de duplicatas na proporção de 35%;

(b) Refere-se à Cédula de Crédito Bancário, emitida em 29/12/2017, no valor total de R\$ 73.800, destinada à implantação da Adutora do Alto Capibaribe, que beneficiará os municípios de Santa Cruz do Capibaribe, Taquaritinga do Norte, Santa Maria do Cambucá, Frei Miguelinho, Jataúba, Toritama, Vertente do Lério e Vertentes, dentro do Programa Saneamento para Todos – Público. Valor do Investimento: R\$ 82.000, sendo R\$ 8.200 de contrapartida da Compesa. Prazo de carência e desembolso: 48 meses. Prazo de amortização: 192 meses, contado a partir de janeiro/2021 (término da carência). Remuneração da Credora: 6% a.a., com uma taxa de administração de 2% a.a. e taxa de risco de crédito de 0,7% a.a. Foi oferecida como garantia, a cessão fiduciária de duplicatas na proporção de 35%;

(c) Referem-se à Cédulas de Créditos Bancários, emitidas em 29/12/2017, nos valores de R\$ 50.580 (0502.791-07), R\$ 60.000 (0502.797-63), R\$ 35.000 (0502.798-77), R\$ 21.200 (0502.803-42), R\$ 14.700 (0502.813-68) e R\$ 22.400 (0502.840-91) destinadas a melhorias do sistema de água nos municípios de Jaboatão dos Guararapes/PE, Ipojuca/PE, Camaragibe/PE, morros da zona norte do Recife/PE, Garanhuns/PE e Gravatá/PE, todas dentro do Programa Saneamento para Todos – Público. Valor do Investimento: R\$ 209.500, sendo R\$ 20.950 de contrapartida da Compesa. Prazo de carência e desembolso: 48 meses. Prazo de amortização: 192 meses, contado a partir de janeiro/2022 (término da carência). Remuneração da Credora: 6% a.a., com uma taxa de administração de 2% a.a. e taxa de risco de crédito de 0,7% a.a. Foi oferecida como garantia, a cessão fiduciária de duplicatas na proporção de 35%.

(d) Contrato de financiamento nº 0521.443-89, no valor de R\$ 29.697 destinado à implantação do Sistema Adutor do Eixo Leste para Custódia para atender a população estimada de trinta mil habitantes, na modalidade operacional Abastecimento de Água, totalizando um investimento de R\$ 31.260 com as seguintes características: contrapartida de R\$ 1.563 equivalente a 5% do valor do investimento; carência: 16 meses; término da carência: 11/12/2021; Desembolso: prazo de 12 meses; amortização: o prazo é de 240, contado a partir do término do período de carência; juros: 6% a.a.;

(e) Caixa IN22 refere-se Contrato de financiamento nº 0521.445-07, no valor de R\$ 37.000 destinado à implantação da 2ª etapa do projeto de Sistema de Esgotamento Sanitário Pina, Boa Viagem e Imbiribeira para atender a população estimada de cem mil habitantes, na modalidade operacional Esgotamento Sanitário, totalizando um investimento de R\$ 35.150, com as seguintes características: contrapartida de R\$ 1.850 equivalente a 5% do valor do investimento; carência: 22 meses, desembolso no prazo de 18 meses; amortização: o prazo é de 240 meses, contado a partir do período de carência, juros: 6% a.a.; Adicionalmente, neste saldo possui o Contrato de financiamento nº 0521.444-93, no valor de R\$ 19.380 destinado à melhoria e implantação do Sistema de Abastecimento de Arcoverde para atender a população estimada de cinquenta mil e trezentos cinquenta e um habitantes, na modalidade operacional Abastecimento de Água totalizando um investimento de R\$ 20.400, com as seguintes características: contrapartida de R\$ 1.020 equivalente a 5% do valor do investimento; carência: 22 meses; desembolso no prazo de 18 meses; amortização: o prazo é de 240 meses, contado a partir do término do período de carência; juros: 6% a.a.;

(f) Cédula de Crédito Bancário nº 323.400.037, no valor de R\$ 50.000, vencimento em 23/02/2025 e comissão flat de 1% sobre o crédito concedido. Encargos Financeiros: taxa média do CDI acrescida de sobretaxa efetiva de 1,85 % a.a. Dia base para débito dos encargos: dia 23 de cada mês, no total de 48 parcelas. Vencimento primeira parcela: 23/03/2021. O valor do crédito deferido destina-se única e exclusivamente ao reforço de capital de giro, sendo vedado a aplicação em investimentos fixos;

(g) Refere-se à Cédula de Crédito Bancário nº 323.400.038, emitida em 04/03/2021, no valor total de R\$ 100.000, destinada única e exclusivamente ao reforço do capital de giro. Prazo de carência e desembolso: 12 meses. Prazo de amortização: 48 meses, contado a partir de 15/03/2022 (término da carência). Comissão flat 1% sobre crédito concedido na data de liberação. Os encargos financeiros serão a taxa média de CDI acrescida de sobretaxa efetiva de 1,97% ao ano. Foi oferecido como garantia a cessão fiduciária de direitos creditórios representados em futuros de prestação de serviços de sua emissão, representativa dos direitos creditórios oriundos da prestação de serviços de abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto, vencíveis a prazo em até 180 dias, desde que esse prazo não exceda o vencimento final deste Instrumento, em montante equivalente, no mínimo, a R\$ 5.208;

(h) Refere-se à Cédula de Crédito Bancário nº 323.400.044, emitida em 08/12/2021, no valor total de R\$ 100.000, destinada única e exclusivamente ao reforço do capital de giro. Prazo de carência e desembolso: 12 meses. Prazo de amortização: 48 meses, contado a partir de 22/01/2023 (término da carência). Tarifa de 1% sobre crédito concedido, sendo: 0,7% de Comissão Flat, e 0,3% de Administração de Garantias. Os Encargos financeiros será a taxa média de CDI acrescida de sobretaxa efetiva de 2,30% ao ano. Como forma de constituição de garantia para pagamento, foi realizada reserva em conta específica de montante equivalente a 2,5 vezes do valor da parcela de amortização pactuada, perfazendo o total de R\$ 5.208;

(i) Banco do Brasil VI BB250 – Refere-se à Cédula de Crédito Bancário nº 323.400.047, emitida em 17/05/2022, no valor total de R\$ 250.000 destinada única e exclusivamente ao reforço do capital de giro. Prazo de carência e desembolso: 12 meses. Prazo de amortização: 48 meses, contado a partir de 13/05/2023 (término da carência). Tarifa de 1,49% sobre crédito concedido, sendo: 0,75% de Comissão Flat, e 0,74% de Administração de Garantias. Os Encargos financeiros será a taxa média de CDI acrescida de sobretaxa efetiva de 2,49% ao ano. Como forma de constituição de garantia para pagamento, foi transferida fiduciariamente os direitos creditórios - capital e respectivos rendimentos – consubstanciados nos valores disponíveis em caixa e levados a crédito da conta reserva nº 12.131-2 a que alude o 4.6 do Termo de Referência do contrato;

(j) Refere-se à Cédula de Crédito Bancário nº 12602223 emitida em 31 de março de 2023 no valor de R\$ 82.000 junto ao Banco ABC Brasil. Tem juros remuneratórios de: 100% da taxa média diária dos depósitos interfinanceiros, capitalizada diariamente com base em um ano de 252 dias úteis, acrescido de 3,50% a.a. com base em um ano de 360 dias, correspondente a 0,2871% a.m. calculado exponencialmente, incidente sobre o valor do crédito. O pagamento do principal será feito em 48 parcelas mensais, devidas a partir do 13º mês contado da emissão da Cédula, conforme especificado em contrato;

(k) Refere-se à Cédula de Crédito Bancário nº 10343926 emitida em 31 de março de 2023 no valor de R\$ 108.000 junto ao Banco Votorantim. Tem juros remuneratórios de: 100% da taxa média diária dos depósitos interfinanceiros, capitalizada diariamente com base em um ano de 252 dias úteis, acrescido de 3,50% a.a. com base em um ano de 360 dias, correspondente a 0,2871% a.m. calculado exponencialmente, incidente sobre o valor do crédito. O pagamento do principal será feito em 48 parcelas mensais, devidas a partir do 13º mês contado da emissão da Cédula, conforme especificado em contrato.

(l) Refere-se à Cédula de Crédito Bancário nº 270006024 emitida em 19 de janeiro de 2024 no valor de R\$ 220.000 junto ao Banco Santander (Brasil). Tem juros remuneratórios de: 100% da taxa do CDI determinada a uma taxa efetiva de 3,73% a.a. equivalentes a 0,30499% a.m. calculados de forma exponencial com base em um ano de 252 dias úteis; e taxa bonificada de 3,73% a.a. equivalentes a 0,30499% a.m. calculados de forma exponencial com base em um ano de 252 dias úteis incidente sobre o valor do crédito. O pagamento inicial do principal seria feito em 60 parcelas mensais, devidas a partir do 13º mês contado da emissão da Cédula, conforme especificado em contrato. Porém, em dezembro de 2025 foi assinado contrato de repactuação das condições junto ao Santander, no qual, o saldo devedor (R\$ 175.996) foi repactuado para pagamento em 1.681 dias, e vencimento para julho de 2030.

(m) Refere-se ao contrato de empréstimo 23BR01 entre a Companhia e o Novo Banco de Desenvolvimento (NDB) no valor de USD 202.000. O empréstimo utilizado será pago em 29 parcelas semestrais iguais, de acordo com o cronograma de amortização. Iniciando em março de 2030 e terminando em março de 2044. Os juros devidos pelo mutuário serão um agregado da taxa de referência para a moeda do empréstimo e o spread. Tanto o encargo de compromisso a ser pago pelo mutuário ao NDB quanto a taxa de front-end serão iguais a 0,25% do valor do empréstimo, sendo apuradas e pagas de acordo com a seção das condições gerais do contrato.

(n) Refere-se ao contrato de financiamento por instrumento particular nº 44.2025.596.22383 junto ao Banco do Nordeste do Brasil (BNB) no valor de R\$ 78.755. Conforme cronograma contratual, o financiamento será pago em 108 parcelas. Os juros começaram a ser pagos em outubro /2025 e o principal começará a ser amortizado em agosto/2026.

(o) Em dezembro de 2025, a Compesa celebrou contrato de financiamento internacional com a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD), no montante aproximado de € 200 milhões, instituição financeira multilateral vinculada ao Governo da França, destinado à execução do programa +Água Pernambuco, voltado à ampliação da oferta de água, modernização dos sistemas e fortalecimento da segurança hídrica do Estado. O financiamen-

to contempla múltiplos subprojetos e apresenta cronograma de desembolso faseado, com início a partir de 2026, sendo característico de operações estruturadas de longo prazo voltadas à implantação de ativos qualificáveis.

Em conexão com essa operação, foram incorridos custos de transação no montante de R\$ 6,5 milhões, os quais foram reconhecidos como redutores dos respectivos passivos financeiros, em conformidade com o CPC 48 – Instrumentos Financeiros, que serão apropriados ao resultado ao longo da vigência das operações por meio do método da taxa efetiva de juros.

Na data-base destas demonstrações financeiras, os recursos vinculados a esses contratos ainda não haviam sido desembolsados. Dessa forma, o saldo líquido apresentado na rubrica de empréstimos e financiamentos reflete, temporariamente, efeito redutor superior ao montante de recursos efetivamente captados desta operação com a AFD.

A Administração avaliou que a referida apresentação é adequada e consistente com a substância econômica das operações, considerando que:

- (i) os contratos já se encontravam formalizados e vigentes na data-base;
- (ii) os custos de transação são diretamente atribuíveis à contratação dos financiamentos; e
- (iii) tais custos serão apropriados ao resultado financeiro ao longo da vigência das operações, conforme o método da taxa efetiva de juros.

A partir de 2026, com o desembolso dos recursos contratados, a relação entre o passivo financeiro bruto e seus respectivos custos de transação passaram a refletir integralmente a posição financeira associada a essas operações.

Adicionalmente, os encargos financeiros incorridos, inclusive aqueles decorrentes da apropriação dos custos de transação, serão capitalizados aos ativos qualificáveis durante o período de construção, conforme previsto no CPC 20 (R1) – Custos de Empréstimos.

b) Composição dos empréstimos e financiamentos:

Saldos em 31 de dezembro de 2023	715.786
Recursos de novos contratos líquidos de custo de captação	250.887
Juros incorridos	115.397
Variação Cambial	1.838
Juros pagos	(106.534)
Pagamento de passivos	(165.248)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	812.126
Recursos de novos contratos líquidos de custo de captação	67.357
Juros incorridos	97.842
Variação Cambial	(1.741)
Juros pagos	(99.713)
Pagamento de passivos	(218.933)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	656.938

c) Índice de Dívida Líquida sobre EBITDA:

Os empréstimos junto ao Banco do Brasil, Santander e o Consórcio Banco Votorantim e Banco ABC Brasil, estão contratualmente vinculados ao índice de Dívida Líquida sobre o EBITDA, tendo contratos como obrigatoriedade o índice ser menor ou igual a 2,5 e contratos como obrigatoriedade o índice ser menor ou igual menor ou igual a 3,0.

Neste contexto, abaixo segue demonstrativo com apuração do índice em 31/12/2025:

Dívida líquida sobre o EBITDA (<=3,00 e 2,5)	31/12/2025
Empréstimos e Financiamentos - Circulante	+ 145.740
Empréstimos e Financiamentos - Não Circulante	+ 511.198
Passivo (C)	= 656.937
Disponibilidades	+ 182.357
Aplicações financeiras de longo prazo	+ 3.041
Disponibilidades e Aplicações financeiras (D)	= 185.398
Dívida líquida (E) = (C-D)	= 471.539
EBITDA (Acumulado últimos 12 meses) (F)	= 419.605
Dívida líquida / EBITDA → (E/F)	1,12

d) Índice de EBITDA sobre Serviço da Dívida

As operações de financiamento junto à Caixa Econômica Federal referentes a IN14 (0502791-07, 0502797-63, 0502798-77, 0502803-42, 0502805-62, 0502812-54, 0502813-68 e 0502840-91) estão contratualmente vinculados tanto ao índice de dívida líquida sobre EBITDA, onde o mesmo não pode ser maior do que 3,00, quanto ao índice de EBITDA sobre Serviço da Dívida, que por sua vez não pode ser menor ou igual a 1,5.

Em 31/12/2025 o indicador EBITDA sobre Serviço da Dívida foi de 1,32, conforme apresentado abaixo o demonstrativo com a apuração do índice:

EBITDA sobre Serviço da Dívida (>1,5)	31/12/2025	31/12/2024
Amortização	+ 218.933	165.248
Juros Pagos	+ 99.713	106.535
Serviço da Dívida (A)	= 318.646	271.783
EBITDA do Período / Exercício (B)	419.605	345.003
EBITDA / Serviço da Dívida → (B/A)	1,32	1,27

Em dezembro de 2025 a Caixa Econômica Federal concedeu o waiver para dispensar a aplicação de vencimento antecipado pelo descumprimento da obrigatoriedade do indicador EBITDA sobre Serviço da Dívida ser maior que 1,5 no exercício de 2024 e anuência para descumprimento do exercício de 2025, deste modo, não ocorrerá vencimento antecipado, assim como, não ocorrerá alteração dos vencimentos das parcelas vindendas.

O montante de empréstimos registrados no passivo não circulante possui o seguinte cronograma de vencimento:

Vencimento	31/12/2025	31/12/2024
2026	-	194.290
2027	112.839	124.160
2028	77.834	67.752
2029 em diante	320.525	48.881
	511.198	435.083

Os encargos financeiros dos financiamentos da IN 14 aplicados na construção de ativos (intangível) foram capitalizados até a data de início de operação do correspondente ativo.

17. FORNECEDORES**Política Contábil:**

Os fornecedores são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, são apresentados pelo custo amortizado.

Os valores que compõem este grupo de contas compreendem às obrigações geradas pelas aquisições de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, bem como aos compromissos decorrentes do fornecimento de utilidades e da prestação de serviços, tais como energia elétrica, água, telefone, alugueis e todas as outras contas a pagar com vencimento no curto prazo. A composição de valores dos fornecedores está apresentada a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedor de energia elétrica	23.806	32.517
Prestadores de serviços (a)	114.299	98.730
Empreiteiros de obras (b)	13.137	15.034
Fornecedores de materiais (c)	12.627	7.563
Outros (d)	15.963	15.069
	179.832	168.913

a) Corresponde, principalmente, a prestação de serviço proveniente da parceria público-Privada (PPP) com a BRK Ambiental, e outros serviços associados de leitura, hidromederação, corte e religação;

b) Corresponde, prioritariamente, à realização de obras de investimentos e projetos de engenharia para viabilizar futuros investimentos da Companhia;

c) Corresponde, principalmente, a aquisições de tubulações e materiais para manutenção das redes e obras para investimento;

d) Corresponde, principalmente, a fornecedores de produtos químicos, equipamentos e locação de veículos.

18. PASSIVO FISCAL**Política contábil:**

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época dos resultados tributáveis futuros. Dada a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, podem exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registradas. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto de renda diferido ativo que pode ser reconhecido, com base num prazo considerado como razoável, bem como no nível de lucros tributáveis esperados nos próximos exercícios, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Em observância ao ICPC 22, a Companhia entende que todos os ajustes tributários efetuados na apuração dos impostos e contribuições sobre o lucro não apresentam tema passível de questionamento pelas autoridades fiscais federais quais sejam decorrentes de interpretação tributária diversa.

A seguir, apresenta-se a composição dos passivos fiscais:

	31/12/2025		31/12/2024	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Tributos próprios				
Corrente:				
COFINS e PIS	17.285	-	7.940	-
CSLL	32.221	-	17.698	-
Outros tributos a recolher	96	-	55	-
Parcelamento - Outros	-	170	-	234
	49.602	170	25.693	234

Tributos retidos de terceiros**Corrente:**

IRRF	4.736	-	4.672	-
Contribuições sociais (PIS/COFINS/CSLL)	1.726	-	1.552	-
ISS	3.388	-	2.667	-
INSS	4.480	-	4.157	-
Outros tributos a recolher	625	-	8	-
	14.955	-	13.056	-

Passivo fiscal - corrente **64.557** **170** **38.749** **234**

Tributos próprios**Diferido:**

PIS	408	-	408	-
COFINS	2.160	-	2.160	-
CSLL	-	-	-	-
Passivo fiscal - diferido	2.568	-	2.568	-
Total Passivo Fiscal Corrente e Diferido	67.125	-	41.317	234

19. SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR**Política contábil:**

Os salários e encargos englobam as seguintes informações:

Salário, Remunerações e Benefícios: Registram os valores relativos a vencimentos e vantagens fixas e variáveis devidas a empregados;

Férias: Registra as obrigações referentes a férias, provisionadas na base de 1/12 do valor bruto da folha de pagamento mais os encargos incidentes no período aquisitivo;

Encargos Sociais a Pagar: Compreende as obrigações a curto prazo das unidades relativas a despesas incorridas e não pagas, em benefício de seus empregados, compulsoriamente ou não, incluindo aquelas que se destinam ao financiamento da seguridade social de responsabilidade do poder público e as demais contribuições sociais.

Composição dos valores:

	31/12/2025	31/12/2024
Provisão para férias	27.630	23.312
Valores a pagar COMPESASAÚDE	6.899	6.199
INSS a recolher	6.455	6.201
Vale Alimentação	3.175	3.368
FGTS a recolher	2.743	2.125
Valores a pagar COMPESAPREV	1.897	1.738
Rescisões	496	383
SESI/SENAI a recolher	479	464
Outros	651	651
	50.425	44.441

20. OUTRAS CONTAS A PAGAR**Composição dos valores:**

	31/12/2025		31/12/2024	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Prefeitura de Petrolina (a)	1.057	512	1.057	512
Convênios Municipais (b)	151.393	-	109.809	-
Convênios CODEVASF (c)	-	103.768	-	101.680
Suape (d)	-	-	-	385
Outros	1.389	385	1.294	-
	153.839	104.665	112.160	102.577

Continua →

COMPANHIA PERNAMBUCANA DE SANEAMENTO - COMPESA (CONTINUAÇÃO)

(a) Prefeitura de Petrolina: em virtude do Instrumento Particular de Confissão de Dívida, Transação e Outras Avenças firmadas com o Município de Petrolina em 18 de dezembro de 2007, a Companhia possui, no seu passivo, o registro de parcelas vincendas decorrentes da indenização à prefeitura de investimentos realizados pelo Município em infraestrutura de distribuição de água e esgotamento sanitário no âmbito do município de Petrolina. Na data do instrumento, o valor da dívida acordada foi de R\$ 14.659, a qual deverá ser paga da seguinte forma: (i) R\$ 740 referente custos de recuperação de sistemas indenizados pela Compesa à prefeitura;

(ii) R\$ 13.919 em 12 parcelas mensais fixas e irrevogáveis de R\$ 723 e mais 12 parcelas de R\$ 437 nas mesmas condições. Os valores restantes estão sendo negociados entre as partes, justificando a não movimentação no período/exercício.

(b) Convênios Municipais: valor refere-se à provisão de 6% da arrecadação líquida anual do Município de Recife, conforme termo de atualização do contrato de prestação de serviços celebrado entre a Companhia e o Município de Recife, assinado em 21 de dezembro de 2021. Tais recursos serão alocados anualmente à Conta do Tesouro Municipal de Recife e serão destinados, preferencialmente, a custear serviços e investimentos na área de saneamento básico.

(c) CODEVASF: Em 30 de maio de 2011, foi celebrado convênio com o Ministério da Integração Nacional, através da CODEVASF - Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco, para implantação, ampliação, intervenções e adequação do sistema de esgotamento sanitário existente no município de Petrolina, inclusive beneficiando as populações das agrovilas no perímetro de irrigação senador Nilo Coelho do município de Petrolina, com prazo de execução desde julho de 2014, podendo ser prorrogado; valor total do convênio: R\$ 101.760. O convênio encontra-se vigente até a presente data em função de obras em andamento.

21. PARCERIA PÚBLICO - PRIVADA (PPP) - ESGOTAMENTO SANITÁRIO RMR/GOIANA

	31/12/2025		31/12/2024	
	Circulante (Nota 17.a)	Não circulante	Circulante (Nota 17.a)	Não circulante
Parceria Público-Privada – PPP	56.124	2.724.527	51.735	2.420.549
Recuperação CBOS – PPP	-	(968.171)	-	(792.976)
	56.124	1.756.356	51.735	1.627.573

A Companhia registra no passivo não circulante, os bens adquiridos ou em construção pela BRK Ambiental previsto no contrato de Parceria Público Privada - PPP em benefício da Compesa. (Nota Explicativa 13). O referido saldo não possui a característica de realização pelo pagamento, uma vez que os recursos para investimento transferidos à BRK Ambiental estão baseados em fluxos mensais de pagamento, constantes na proposta econômica, e realizados por meio da contraprestação da operação do sistema - COS incluído nos pagamentos referentes à contraprestação básica da operação do sistema - CBOS realizados no decorrer da concessão, que detém prazo de encerramento em 2048.

22. PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES**Política contábil:**

A Companhia registra provisões quando a Administração, suportada por opinião de seus assessores jurídicos, entende que existem indícios de perdas prováveis em certos processos judiciais que surgem no curso normal de seus negócios. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados. Para os casos em que os assessores jurídicos da Companhia entendem que existem indícios de perdas possíveis em certos processos judiciais que surgem no curso normal de seus negócios, estas são apenas informadas em notas explicativas, não sendo contabilizadas. Isto ocorre porque estas ainda precisam ser confirmadas quanto aos seguintes critérios: (a) não é provável que seja necessária uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos para liquidar a obrigação, ou (b) não pode ser feita uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação no momento do encerramento das Demonstrações Contábeis.

Composição dos valores:

	Trabalhista	Cível	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	81.967	16.982	98.949
Constituição de provisões	27.907	53.774	81.681
Reversão de provisões	(42.462)	(8.167)	(50.629)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	67.412	62.589	130.001
Constituição de provisões	21.295	83.643	104.938
Reversão de provisões	(41.943)	(1.175)	(43.118)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	46.764	145.057	191.821

A Companhia, suportada na opinião de seus assessores jurídicos, entende que os montantes de provisões registradas são suficientes para cobrir as perdas prováveis.

Foram considerados como perda provável os processos cujo desfecho é desfavorável à Compesa, nos quais há uma estimativa suficientemente segura do valor a ser desembolsado na data de encerramento das Demonstrações Financeiras e cuja estimativa de tempo para a efetiva liberação dos recursos para a parte adversa é inferior ao tempo médio de tramitação dos processos submetidos ao mesmo rito processual. O montante contabilizado como provisões passivas foi de 191.821 (R\$ 130.001 em 31/12/2024). Em relação a alguns desses processos, a Companhia efetuou depósitos judiciais que se encontram registrados no ativo não circulante no montante de R\$ 77.194 (R\$ 78.891 em 31/12/2024). O montante dos processos classificados como possíveis é de R\$ 505.992 (R\$ 526.210 em 31/12/2024).

23. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS**Plano de Benefício Definido (BD)**

A Companhia mantém um plano misto de aposentadoria (contribuição definida durante a fase laboral e benefício definido com renda vitalícia para os aposentados, pensionistas e para benefícios de risco) cujos efeitos são reconhecidos pelo regime de competência e de acordo com os critérios estabelecidos pela Deliberação nº 695 da CVM, conforme demonstrado nessa Nota Explicativa.

A Companhia é patrocinadora da Fundação Compesa de Previdência e Assistência - COMPESAPREV, que é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, cujo funcionamento foi autorizado pela Portaria nº 3.950, de 26 de fevereiro de 1987, do Ministério da Previdência Social (MPS), obedecendo às Normas e Resoluções expedidas pela PREVIC.

O Plano de Previdência Complementar em questão é de benefício definido, sendo integrado por Benefícios Programados e por Benefícios de Riscos.

Constam como participantes deste Plano o empregado que estiver em pleno exercício de suas atividades laborativas junto à Patrocinadora (Compesa), bem como o empregado que se desligar do quadro de pessoal da empresa e continuar na condição de participante do Plano.

Ocorrendo a perda do vínculo empregatício com o Patrocinador, é assegurado ao Participante que não estiver em gozo do benefício pelo Plano, o direito de optar por uma das seguintes situações:

- Tornar-se um participante auto patrocinador;
- Tornar-se um participante em BPD (Benefício Proporcional Definido);
- Deixar de ser participante em razão de optar por realizar Resgate de Contribuição;
- Deixar de ser participante em razão de optar por realizar a Portabilidade.

Na forma de suas disposições estatutárias e regulamentares, a COMPESAPREV tem como principal finalidade complementar, parcial ou totalmente, os benefícios a que tem direito os empregados da Compesa enquanto segurados do Sistema Nacional de Previdência Social (SINPS). Os benefícios concedidos pelo Plano são basicamente os seguintes:

- Suplementação de aposentadoria por invalidez
- Suplementação de aposentadoria por tempo de serviço/contribuição
- Suplementação de aposentadoria por idade
- Suplementação de aposentadoria especial
- Suplementação de pensão
- Suplementação de abono anual

Em 31 de dezembro de 2025, a COMPESAPREV possuía 1.987 participantes ativos (1.999 em 31 de dezembro de 2024); 1.983 aposentados (2.042 em 31 de

dezembro de 2024); 920 pensionistas (894 em 31 de dezembro de 2024) e 13 participantes com benefício proporcional definido (13 em 31 de dezembro de 2024).

Os principais recursos que a COMPESAPREV dispõe para o seu funcionamento são representados por:

Contribuições dos participantes

Os participantes ativos e assistidos realizam contribuições normais carregadas (sobrecarga administrativa de 18%) para a COMPESAPREV resultantes da aplicação dos seguintes percentuais:

• A% (A por cento) da parcela de seu salário real de contribuição, não excedente à metade do menor valor teto de cálculo do benefício suplementar;

• B% (B por cento) da parcela do seu salário real de contribuição entre a metade do menor valor teto e o próprio menor valor teto de cálculo do benefício suplementar;

• C% (C por cento) da parcela de seu salário real de contribuição entre o menor valor teto e três vezes o menor valor teto de cálculo do benefício suplementar;

• D% (D por cento) da parcela de seu salário real de contribuição entre três vezes o menor valor teto e o maior valor teto de cálculo do benefício suplementar.

Para os participantes assistidos os percentuais A% / B% /C% / D%, vigentes em 31/12/2024, são, respectivamente, de 2,6822% / 5,3643% / 10,7287% / 14,3049% e para os participantes ativos os percentuais A% / B% /C% / D% são, respectivamente, de 2,9697% / 5,9394% / 11,8788% / 15,8384% (agravamento de 10,72%)

Contribuição da entidade patrocinadora

Desde janeiro de 2017, a Patrocinadora COMPESA não realiza mais contribuição suplementar destinada a averbar o tempo de serviço anterior dos Participantes Fundadores do Plano de Benefício Definido da CompesaPrev como tempo de filiação a esse Plano já que a vigência de tal contribuição se encerrou em dezembro de 2016, permanecendo a vigência da contribuição normal de valor igual ao valor total das contribuições normais carregadas recolhidas a cada mês pelos Participantes Ativos e Assistidos do Plano.

Rendimentos financeiros

A Compesaprev dispõe, para seu funcionamento, dos rendimentos resultantes das aplicações financeiras em investimentos, obedecendo ao disposto ao estabelecido na legislação vigente para Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

Plano de Contribuição Definida (CD)

O Plano CD é um plano de previdência complementar em que os benefícios são mensurados em função das contribuições e rentabilidade alcançada nos investimentos.

Entende-se por plano de benefício de caráter previdenciário na modalidade de contribuição definida aquele cujos benefícios programados têm seu valor permanentemente ajustado ao saldo de conta mantido em favor do participante, inclusive na fase em que recebe os benefícios, considerando o resultado líquido de sua aplicação, os valores aportados e os benefícios pagos.

O Plano CD teve sua operacionalização iniciada em 17/03/2021 e suas principais vantagens são a manutenção do padrão de renda após a aposentadoria; o investimento compartilhado com a Compesa; a opção de contribuição flexível; o empréstimo com uma das menores taxas de mercado; o direito de aderir ao Plano de Saúde; e a dedução no Imposto de Renda.

Plano de Assistência Médica – COMPESASAÚDE

A Companhia também é patrocinadora do Plano de Assistência médico- hospitalar e odontológico (denominado COMPESASAÚDE), que é administrado pela COMPESAPREV, cujas contribuições são calculadas individualmente com o auxílio da tabela de contribuição mensal, lastreada em sua faixa de remuneração, no tamanho da sua família e na faixa etária.

O COMPESASAÚDE possui três modalidades de planos: Plano I e II (fechados para novas adesões) e Plano III (em funcionamento desde janeiro/2015). São compostos por titulares associados (empregados ativos, aposentados com direito e sem direito ao Plano de Incentivo à Aposentadoria – PIA, empregados com contrato de trabalho suspenso, sócios auto patrocinados, pensionistas ativos ou aposentados falecidos), titulares não associados à COMPESAPREV inscritos no COMPESASAÚDE até 25 de maio de 2001 (empregados ativos, aposentados com direito e sem direito ao PIA, empregados com contrato de trabalho suspenso, servidores públicos ou empregados de outras entidades cedidos à COMPESA, pensionistas ativos ou aposentados falecidos), dependentes e agregados.

Os planos caracterizam-se pelo completo atendimento aos procedimentos descritos na norma interna SAD 102/98, no Regulamento do Plano e nos demais atos normativos em vigor no que diz respeito às coberturas, às exclusões, às carências e ao padrão de acomodação hospitalar.

Os planos são custeados pelas contribuições mensais dos seus associados, em pré-pagamento, conforme tabelas definidas por ocasião da avaliação atuarial de planos, e em pós-pagamento, referente aos valores correspondentes à coparticipação. A Patrocinadora participa do custeio do plano, conforme regras acordadas anualmente por ocasião da Avaliação Atuarial do Plano e revisão do Plano de Custeio do COMPESASAÚDE.

Compromisso da Patrocinadora aos Empregados no Pós-Emprego

Em 2025, a Companhia, em atendimento ao disposto no CPC 33 - Benefícios a empregados, promoveu a mensuração de benefícios de assistência à saúde pós-emprego, os quais requerem a utilização de premissas acerca do nível e da frequência de sinistros futuros e do custo para a cobertura desses sinistros:

	31/12/2025	31/12/2024
Valor presente das obrigações atuariais no início do exercício/ ano	(283.668)	(267.312)
Taxa de desconto atuarial do ano anterior	12,97%	9,19%
(-) Custo do serviço passado não reconhecido	-	-
(-) Custo de juros sobre a obrigação	(36.792)	(24.566)
(-) Custo do serviço corrente previsto para o ano	(11.819)	(10.281)
(+) Benefícios pagos no ano	10.859	9.901
Perda atuarial do exercício	4.218	8.590
Obrigação total no exercício	(317.202)	(283.668)
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	6.042	11.306
Taxa de retorno esperado para os ativos do plano	12,97%	9,19%
(+) Custo de juros sobre a obrigação	784	1.039

(+) Contribuição da Patrocinadora	5.406	7.008
(-) Benefícios pagos no exercício	(10.859)	(9.901)
Ganho sobre os ativos do plano no exercício	5.270	(3.410)
Valor justo dos ativos no exercício	6.643	6.042
Custo do serviço passado não reconhecido		
Ganho/ (perda) atuarial no exercício	4.218	8.590
Ganho sobre os ativos do plano no exercício	5.270	(3.410)
Apuração do resultado do exercício	9.488	5.180
Passivo a reconhecer no exercício	(310.559)	(277.626)

Plano de Incentivo à Aposentadoria – PIA

Consta no Acordo Coletivo de Trabalho (ACT 2025-2026) que a Compesa dispõe de Plano de Incentivo à Aposentadoria (PIA), o qual realizará o pagamento de um "prêmio aposentadoria", em uma única parcela, correspondente a um dos seguintes valores, conforme opção do empregado:

Modalidade A: dez vezes o piso salarial da Compesa; ou

Modalidade B: cinco vezes o salário contratual básico do empregado; ou

Modalidade C: valor igual a 30% do saldo do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) para fins rescisório, relativo, exclusivamente, ao contrato de trabalho mantido com a Compesa.

O "prêmio aposentadoria", nas modalidades A e B, terá seu valor calculado com base na Tabela Salarial vigente na data em que ocorrer o seu pagamento.

O saldo da conta do FGTS considerado como base de cálculo dos 30%, referido na modalidade C, será o do mês de concessão da aposentadoria, após a incidência dos juros e da atualização monetária, até o mês imediatamente anterior ao do pagamento do "prêmio aposentadoria".

Farão jus ao valor do "prêmio aposentadoria", os empregados que, ao se aposentarem, tenham completado dez anos de contrato de trabalho com a Compesa. Atendido esse requisito, o empregado deverá comunicar à Compesa o recebimento da Carta de Concessão de Aposentadoria da Previdência Social, para fins de desligamento da Companhia, em até 30 dias contados da data de sua expedição.

Importante:

Aos empregados que aderirem ao presente Plano de incentivo à Aposentadoria, decorrente de obtenção da carta de concessão de aposentadoria pelo INSS a partir de 1º de janeiro de 2026, serão assegurados os benefícios abaixo descritos e desde que observados os critérios e condições a seguir:

Modalidade A: dez vezes o piso salarial da Compesa; ou

Modalidade B: cinco vezes o salário contratual básico do empregado; ou

Modalidade C: valor equivalente a 40% (quarenta por cento) do saldo do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) para fins rescisório, relativo, exclusivamente, ao contrato de trabalho mantido com a Compesa.

Em atendimento ao disposto no CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados, a Companhia promoveu a mensuração de benefícios de plano de incentivo à aposentadoria.

A Companhia reconhece como despesa atuarial os valores presentes das obrigações com os benefícios pós-emprego, com base em laudos atuariais do exercício de 2025.

Pecúlio por Morte e Invalidez

A Compesa concede um Pecúlio por Morte e por Invalidez, cujo capital individual segurado é de 3 (três) vezes o valor do seu Piso Salarial sendo pago das seguintes formas: i) 100% em caso de morte natural ou de entrada em aposentadoria definitiva do empregado; ii) 200% em caso de morte acidental do empregado; iii) 50% em caso de morte natural do cônjuge ou companheira (o); iv) 100% em caso de morte acidental do cônjuge ou companheira(o); e v) 10% em caso de morte de filho(s) de até 21 anos de idade ou inválidos.

Não se registra de forma diversa do plano de previdência complementar do tipo benefício definido, patrocinado pela Compesa com a COMPESAPREV, a existência de qualquer fundo segregado para dar cobertura aos benefícios pós-emprego apresentados, cujos valores estão dispostos a seguir:

Status de cobertura	31/12/2025	31/12/2024
Valor presente das obrigações do PIA no início do exercício	61.805	73.862
Status de cobertura: (superávit)	70.052	61.805
Passivo líquido da empresa patrocinadora no final do exercício	70.052	61.805
Custos esperados pós-emprego	31/12/2025	31/12/2024
Custo do serviço corrente	3.283	3.211
Custo dos juros	6.553	5.981
Custo esperado estimado para o próximo ano	9.836	9.192
Valor presente das obrigações	31/12/2025	31/12/2024
Valor presente das obrigações no início do período	61.805	73.862
Custos dos serviços correntes	3.283	3.210
Juros sobre o valor presente das obrigações	6.553	5.981
(Perdas)/ganhos atuariais	221	(473)
Benefícios pagos	(1.810)	(20.775)
Valor presente das obrigações no final do período	70.052	61.805

Posição do benefício a empregados em dezembro de 2025 e dezembro de 2024:

Benefícios a empregados	31/12/2025	31/12/2024
Valor justo do ativo do plano	(1.172.944)	(1.082.044)
Valor líquido das obrigações	992.630	947.837
Plano de Previdência COMPESAPREV	(180.314)	(134.207)
Valor do Ativo/passivo do plano	(180.314)	(134.207)
Saldo do Plano de Previdência COMPESAPREV	-	-
Valor presente das obrigações	317.202	283.668
Valor justo dos ativos	(6.643)	(6.042)
Plano de Assistência COMPESASAÚDE	310.559	277.626
Valor presente das obrigações anterior	61.805	73.862
Custos dos serviços correntes	3.283	3.210
Juros sobre as obrigações	6.553	5.981
Perdas e ganhos atuariais	221	(473)
Benefícios pagos	(1.810)	(20.775)
Aposentadoria	-	-
Benefício Pós-emprego (PIA)	70.052	61.805
Total	380.611	339.431

Continua →

COMPANHIA PERNAMBUCANA DE SANEAMENTO - COMPESA (CONTINUAÇÃO)**24. PARTES RELACIONADAS****Política contábil:**

A Companhia realiza transações comerciais com diversas partes relacionadas, destacando-se o Estado de Pernambuco e alguns municípios, conforme detalhado nesta Nota Explicativa.

A Companhia considera como partes relacionadas o Estado de Pernambuco e seus órgãos, assim como as prefeituras municipais que detenham participação em seu quadro societário oriundas dos contratos de concessão.

Adicionalmente, a Companhia também reconhece como parte relacionada a Parceria Pública Privada (PPP) celebrada com a empresa BRK Ambiental. A Compesa manteve as seguintes operações com partes relacionadas:

- **Parceria Público-Privada (PPP):** Serviços de esgotamento sanitário da Região Metropolitana de Recife por meio da Parceria Público Privada (PPP) com a empresa BRK Ambiental;
- **Demais operações:** Serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário cobrado nas mesmas condições e tarifas normais de mercado para o setor público;

Composição dos valores:

Parceria Público-Privada (PPP): O saldo corresponde aos bens adquiridos ou em construção pela BRK Ambiental previsto no contrato de Parceria Público Privada (PPP) em benefício da Compesa. O referido saldo não possui a característica de realização pelo pagamento, uma vez que os recursos para investimento transferidos à BRK Ambiental estão baseados em fluxos mensais de pagamento, constante na proposta econômica, e realizados por meio da contraprestação da operação do sistema (COS) incluído nos pagamentos referentes à contraprestação básica da operação do sistema (CBOS), durante o período da concessão previsto para 35 anos.

Balanco patrimonial - 31/12/2025		
BRK Ambiental		
Parte relacionada	Passivo circulante	Passivo não circulante
	(Nota 17.a)	(Nota 21)
BRK Ambiental	56.124	2.724.527
BRK Ambiental - CBOS	-	(968.171)

Demonstração do Resultado - 31/12/2025		
BRK Ambiental		
Despesa		(452.352)
Receita com serviço de construção	(Nota 26)	289.454
Custo com serviço de construção	(Nota 27)	(289.454)

Demais operações: Refere-se aos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário para o setor público que são cobrados nas mesmas condições e tarifas normais de mercado; aos contratos de financiamentos celebrados entre o Governo do Estado de Pernambuco e a instituição financeira na qual a Companhia figura como interveniente responsável pela implantação, operação e manutenção dos empreendimentos. A seguir apresenta-se a composição dos valores relativos as demais operações vinculadas às partes relacionadas da Compesa:

	Resultado	
	31/12/2025	31/12/2024
Controlador		
Estado de Pernambuco e órgãos estaduais	9.142	12.384
Outras partes relacionadas		
Prefeituras e órgãos municipais	86.471	125.727

	31/12/2025		31/12/2024	
	Ativo circulante	Ativo não circulante	Ativo circulante	Ativo não circulante
Estado de Pernambuco e órgãos estaduais				
Contas a receber	9.168	-	12.427	-
Outros (Convênios)	5.384	-	5.384	-
Prefeituras e órgãos municipais				
Contas a receber	87.485	5.413	126.777	5.902
Outros (Convênios)	138.673	-	138.673	-
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante
Estado de Pernambuco e órgãos estaduais				
Juros sobre capital próprio	37.762	-	28.932	180.274
Prefeituras e órgãos municipais				
Petrolina	1.057	512	1.057	512

25. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(em Milhares de R\$)	Período: 12/2025	
	Ações nominativas sem valor nominal	
	Ordinárias	
Acionistas	Qtd	Valor (R\$)
Estado de Pernambuco(*)	215.535.981	7.942.062
Sudene	-	-
Ad Diper	-	-
Pref.Mun.de Olinda	-	-
Pref.Mun.de Gravatá	-	-
Codevasf	-	-
Outros(**)	-	-
Total	215.535.981	7.942.062

Acionistas	Preferenciais	
	Qtd	Valor (R\$)
Estado de Pernambuco(*)	6	1
Sudene	72.300	3.088
Ad Diper	5.412	231
Pref.Mun.de Olinda	3.475	148
Pref.Mun.de Gravatá	973	42
Codevasf	756	32
Outros(**)	4.901	209
Total	87.823	3.751

Acionistas	Total	
	Qtd	Valor (R\$)
Estado de Pernambuco(*)	215.535.987	7.942.062
Sudene	72.300	3.088
Ad Diper	5.412	231
Pref.Mun.de Olinda	3.475	148
Pref.Mun.de Gravatá	973	42
Codevasf	756	32
Outros(**)	4.901	209
Total	215.623.804	7.945.812

(em Milhares de R\$)	Período: 12/2024	
	Ações nominativas sem valor nominal	
	Ordinárias	
Acionistas	Qtd	Valor (R\$)
Estado de Pernambuco(*)	210.666.094	7.757.721
Sudene	-	-
Ad Diper	-	-
Pref.Mun.de Olinda	-	-
Pref.Mun.de Gravatá	-	-
Codevasf	-	-
Outros(**)	-	-
Total	210.666.094	7.757.721

Acionistas	Preferenciais	
	Qtd	Valor (R\$)
Estado de Pernambuco(*)	6	1
Sudene	71.481	3.056
Ad Diper	5.351	229
Pref.Mun.de Olinda	3.436	147
Pref.Mun.de Gravatá	962	41
Codevasf	747	32
Outros(**)	4.845	207
Total	86.828	3.713

Acionistas	Total	
	Qtd	Valor (R\$)
Estado de Pernambuco(*)	210.666.100	7.757.722
Sudene	71.481	3.056
Ad Diper	5.351	229
Pref.Mun.de Olinda	3.436	147
Pref.Mun.de Gravatá	962	41
Codevasf	747	32
Outros(**)	4.845	207
Total	210.752.922	7.761.434

(*) O Estado de Pernambuco, como acionista controlador, detém 100% das ações ordinárias e 99,96% do total de ações. (**) 88 acionistas

a) Capital Social

Em dezembro de 2024 a Companhia integralizou capital proveniente de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) no valor de R\$ 231.707, sendo 6.178.869 ações ordinárias, sem valor nominal.

Em maio de 2025 a Companhia integralizou capital proveniente de Reserva de Dividendos no valor de R\$ 91.912, sendo 2.413 ações ordinárias no valor de R\$ 91.875 e 995 de ações preferenciais no valor de R\$ 37.

As ações preferenciais não têm direito a voto, porém gozam de prioridade na distribuição de dividendos mínimos à razão de 20% do lucro líquido apurado no exercício/período e, em caso de liquidação, no reembolso do capital, sem direito a prêmio, bem como participação sem restrições no aumento do capital decorrente da capitalização de reservas e lucros.

Em outubro de 2025 a Companhia incorporou ao capital social os créditos provenientes de adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC) relativo ao exercício de 2024 no valor de R\$ 92.466 conforme decisão do conselho de administração da Companhia, haja vista o valor junto ao saldo anterior de Capital Social estar dentro do limite autorizado pelo Estatuto Social da Companhia (R\$ 10.000.000).

Em dezembro de 2025, o saldo final do Capital Social totaliza R\$ 7.945.812, sendo 215.535.981 ações ordinárias (R\$ 7.942.062) e 87.823 ações preferenciais (R\$3.750), dos quais 99,96% do total de ações pertencem ao Estado de Pernambuco.

b) Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC)

Movimentação AFAC	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial de adiantamento	92.466	231.707
Quantidade de ações	2.725	6.426
Adiantamento no período/exercício	465.370	92.466
Quantidade de ações	12.636	2.458
Incorporação ao capital social	92.466	231.707
Quantidade de ações	2.458	6.159
Saldo final de adiantamentos	465.370	92.466
Quantidade de ações	12.902	2.725

Até 31/12/2025, foi recebido AFAC do Estado de Pernambuco, mediante empenho, no valor de R\$ 465.370 (R\$ 92.466 em 31/12/2024) em consonância com a aprovação dos investimentos em água e esgoto autorizados pela lei orçamentária anual. O saldo de Créditos para aumento de capital totalizou no período o montante de R\$ 465.370 (R\$ 92.466 em 31/12/2024).

c) Contratos de concessão - Prefeituras - Pagamento baseado em ações

Quando do início da vigência do contrato de concessão celebrado com as prefeituras de Olinda, Gravatá, Vitória Santo Antão, Bodocó, Carnaíba, Altinho, Flores, Bonito, Salgueiro, Surubim, Itapetim, S. Maria Boa Vista, Bom Jardim, Tracunhaém, S. J. do Belmonte, Ibirajuba, R. das Almas, Itamaracá, Jataúba, Rio Formoso, Venturosa, Correntes, S. Lourenço Mata, Buenos Aires, Ipojuca, Cupira, Palmeirina, Igarassu, Chã Grande, Sairé, S. Cruz do Capibaribe, Belo Jardim, Carpina, Floresta, Belém de Maria, Barreiros, Parnamirim, S. J. da Coroa Grande, Exú, Brejinho, Vicência, Sítio dos Moreira, Granito, Sirinhaém, Ingazeira, Calumbi, Jurema, Pedra, Mirandiba, Limoeiro, Cachoeirinha, S. Bento do Una, Betânia, Cabo, Pombos, Maraiá, Lagoa do Ouro, Paulista, Sertânia, Lagoa dos Gatos, Caruaru, Terra Nova, Garanhuns, Agrestina, Timbaúba, Canhotinho, Ipubi, Tacaimbó, Barra de Guabiraba, Jupí, Camutanga, Vertentes, Bezerros, Pesqueira, Triunfo, Glória do Goitá, Condado, Ferreiros, Orocó, Iguaraci, Custódia, Verdejante, João Alfredo, Taquaritinga do Norte, Brejão, Afrânio e Capoeiras, a Companhia adquiriu o ativo imobilizado da concedente naquela data e deu em pagamento o montante correspondente em ações preferenciais da Compesa.

Ao final do prazo da concessão ou havendo a sua rescisão antecipada, a Compesa encontra-se obrigada a efetuar a recompra das ações representativas do seu capital social.

26. RECEITAS OPERACIONAIS**Política contábil:**

Receita de Serviços: As receitas são reconhecidas com observância ao regime de competência. De acordo com o CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes e considerando o Objeto Social da Companhia, em que é possível verificar que não existem etapas contratuais na execução dos serviços prestados aos clientes relativas à obrigação de desempenho, o reconhecimento ocorre pelo faturamento em uma base cíclica mensal ao valor justo da contrapartida a receber. A receita de fornecimento de água e coleta de esgoto inclui montantes faturados aos clientes em uma base cíclica (mensal) e receitas não faturadas reconhecidas ao valor justo da contrapartida recebida ou a receber e são apresentadas líquidas de impostos, abatimentos ou descontos incidentes sobre elas, incluindo ainda os valores dos acréscimos por impontualidade de clientes (multa). As receitas ainda não faturadas são reconhecidas com base no consumo estimado, da data de medição da última leitura até o fim do período contábil.

Receita de Construção: A receita de construção dos bens vinculados à prestação de serviço público deve ser reconhecida usando o método da percentagem completada, desde que todas as condições aplicáveis sejam concluídas. Segundo esse método, a receita contratual deve ser proporcional aos custos contratuais incorridos na data do balanço em relação ao custo total estimado. A Companhia adotou para mensuração das receitas e dos custos de construção a margem nula.

Composição dos valores:

	01/01/2025 a 31/12/2025	01/01/2024 a 31/12/2024
Receita de Venda		
Serviços de abastecimento de água	1.979.753	1.910.172
Serviços de esgotamento sanitário	705.086	656.828
Serviços de construção (a)	619.210	433.792
	3.304.049	3.000.792

Deduções da receita

COFINS e PIS	(95.969)	(92.051)
Cancelamentos	(27.765)	(22.553)
	(123.734)	(114.604)
Total	3.180.315	2.886.188

a) Em 31/12/2025, a receita dos serviços de construção efetuada pela Compesa corresponde a R\$ 329.757 (R\$ 190.285 em 31/12/2024), enquanto a receita de construção decorrente da participação da PPP foi de R\$ 289.453 (R\$ 243.507 em 31/12/2024) totalizando R\$ 619.210 (R\$ 433.792 em 31/12/2024).

27. CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

A composição dos custos, por natureza, é a seguinte:

	01/01/2025 a 31/12/2025	01/01/2024 a 31/12/2024
Pessoal	(304.134)	(315.540)
Energia elétrica	(312.074)	(328.157)
Serviços de terceiros	(612.006)	(565.560)
Materiais	(38.651)	(37.309)
Produtos químicos	(142.310)	(151.817)
Depreciação e Amortização	(132.465)	(115.753)
Despesas gerais	(77.276)	(73.405)
Custo de construção	(619.210)	(433.792)
Total	(2.238.126)	(2.021.333)

Em atendimento ao CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, a Companhia reconheceu a receita de construção e o seu correspondente custo de construção no resultado do exercício em 31/12/2025, considerando uma margem zero para tais contratos, uma vez que a Administração não espera obter resultados desta operação, por não considerar esta atividade como sua atividade fim.

28. DESPESAS COMERCIAIS, ADMINISTRATIVAS, TRIBUTOS E OUTRAS

A composição destas despesas, por natureza, é a seguinte:

a) Despesa Comercial:	01/01/2025 a 31/12/2025	01/01/2024 a 31/12/2024
Perdas por créditos não liquidados	(275.607)	(358.545)
Serviço de terceiros	(55.319)	(43.728)
Pessoal	(17.845)	(21.836)
Energia elétrica	(20)	(172)
Depreciação e amortização	(432)	(423)
Despesas gerais	(443)	(244)
Materiais	(64)	(149)
Total	(349.730)	(425.097)

b) Despesa Administrativa:

	01/01/2025 a 31/12/2025	01/01/2024 a 31/12/2024
Pessoal	(134.372)	(123.366)
Despesas gerais	(77.130)	(91.100)
Serviços de terceiros	(74.338)	(64.360)
Depreciação e Amortização	(9.306)	(8.474)
Energia elétrica (a)	(3.691)	1.402
Materiais	(2.051)	(495)
Total	(300.888)	(286.393)

c) Despesa Tributária:

	01/01/2025 a 31/12/2025	01/01/2024 a 31/12/2024
Outras Taxas e Contribuições Estaduais	(13.063)	(12.102)
Taxa outorga captação d'água	(3.394)	(3.171)
Alvará de funcionamento	(1.649)	(1.725)
Taxa Emolumentos	(261)	(188)
Outras Taxas e Contribuições Municipais	(59)	(34)
Outras Taxas e Contribuições Federais	(53)	(3.816)
Outros	23	(46)
Total	(18.456)	(21.082)

Continua →

COMPANHIA PERNAMBUCANA DE SANEAMENTO - COMPESA (CONTINUAÇÃO)

d) Outras Receitas e Despesas:

	01/01/2025 a 31/12/2025	01/01/2024 a 31/12/2024
Multa impontualidade	1.518	9.309
Receitas de alugueis	1.427	1.504
Taxa de administração de recebíveis	222	199
Outras receitas e despesas operacionais	(4.674)	77.020
Total	(1.507)	88.032

29. RESULTADO FINANCEIRO

	01/01/2025 a 31/12/2025	01/01/2024 a 31/12/2024
Receitas		
Receita financeira de clientes (a)	44.504	43.815
Rendimentos de aplicações financeiras (b)	24.697	32.698
Outras receitas financeiras	4.592	3.976
Ajuste a valor presente	777	491
	74.570	80.980
Despesas		
Encargos de captação (empréstimos e financiamento)	(82.004)	(91.575)
Perda atuarial	(42.561)	(29.508)
Descontos concedidos	(11.813)	(10.236)
Demais encargos financeiros	(2.991)	(5.015)
	(139.369)	(136.334)
Resultado financeiro líquido	(64.799)	(55.354)

(a) O valor é composto por juros de clientes, no valor de R\$ 5.245 (R\$ 5.433 em 31/12/2024), e multa por impontualidade no pagamento das faturas, no valor de R\$ 39.259 (R\$ 38.382 em 31/12/2024) totalizando R\$ 44.504 (R\$ 43.815 em 31/12/2024);

(b) O saldo corresponde a rendimentos auferidos nas aplicações financeiras provenientes

dos saldos dos recursos captados por meio de empréstimos bancários, e recursos aportados pelo governo do Estado de Pernambuco, no exercício de 2025, para investimentos ainda não realizados, bem como aplicação de valores referente a repasses de Convênios, como, por exemplo, da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF com base no convênio nº 0.011.00/2011.

30. SEGUROS

A Companhia adota política de não contratação de seguros para seus bens. No entanto, em seus termos de contrato junto a fornecedores de obras, a Compesa prevê que estes devem realizar um seguro contra risco de acidentes de trabalhos de seus empregados e de terceiros. Ocorrendo a hipótese de sinistro não coberto pelo seguro contratado, a contratada responderá pelos danos e prejuízos que, eventualmente, causar à Companhia ou a terceiros, em decorrência da execução dos serviços, correndo às suas expensas, exclusivamente, as indenizações resultantes.

Adicionalmente, a Compesa possui apólices de Seguro Garantia Judicial com a finalidade de garantir valores que seriam depositados e/ou substituir os valores já depositados e/ou bens penhorados em processos judiciais de ações trabalhistas e cíveis.

31. RISCOS E QUESTÕES AMBIENTAIS

A Companhia preocupa-se em minimizar os impactos ambientais que possam colocar em risco suas atividades e seu negócio. Isso é feito por meio de procedimentos de manutenção regulares e permanentes em seus sistemas de água e de esgotos. Além disso, com as ações de saneamento, é dada grande contribuição à proteção do meio ambiente e à melhoria das condições de saúde pública.

O gasto com manutenção regular de seus ativos operacionais é reconhecido ao resultado, bem como as despesas com questões ambientais, quando incorridas. A Administração da Companhia, com base em uma análise histórica, acredita que nenhuma provisão adicional para perdas relacionadas com questões ambientais é necessária atualmente, inclusive em face da legislação ambiental em vigor no Brasil. A Política Ambiental não foi objeto de auditoria pelos nossos auditores independentes.

32. EVENTOS SUBSEQUENTES

Processo de Concessão Regionalizada dos Serviços de Saneamento

O Estado de Pernambuco estruturou, com apoio do BNDES, o processo de concessão parcial dos serviços operados pela Compesa, organizado em dois blocos regionais e licitado na Bolsa de Valores do Brasil - B3, em São Paulo, em 18 de dezembro de 2025.

O modelo adotado é de concessão parcial, pelo qual a Compesa mantém a responsabilidade pela produção e tratamento de água em atacado para todo o estado, e coleta e tratamento de esgoto exclusivamente na Região Metropolitana, e transferindo

aos concessionários privados as atividades de distribuição de água, coleta e tratamento de esgoto (exceto RMR do estado) e atendimento comercial ao usuário final. Os contratos têm prazo de 35 anos e abrangem conjuntamente 175 municípios pernambucanos e o arquipélago de Fernando de Noronha, com metas de universalização do acesso à água e ao esgotamento sanitário alinhadas ao prazo de 2033 estabelecido pelo Marco Legal.

O resultado do leilão definiu como vencedores: (i) o Pátria Investimentos, por meio da concessionária Vita Sertão Concessionária de Saneamento S.A., para o Bloco 1 - Sertão, composto por 24 municípios, com outorga de R\$ 720 milhões e investimentos previstos de R\$ 2,9 bilhões; e (ii) o Consórcio Pernambuco Saneamento, formado pela Acciona e BRK Ambiental, para o Bloco 2 - RMR/Pajeú, composto por aproximadamente 151 municípios e o arquipélago de Fernando de Noronha, com outorga de R\$ 3,5 bilhões e investimentos previstos de R\$ 15,4 bilhões. Relevante ressaltar que os valores de outorga serão atualizados monetariamente de acordo com as premissas contratuais.

O conjunto dos dois blocos representa totaliza mais de cerca R\$ 23 bilhões entre outorgas e investimentos contratados.

Bloco 1 - Sertão: Assinatura do Contrato e Início da Operação Assistida

Em 07 de abril de 2026, o Governo do Estado de Pernambuco, por meio da Governadora Raquel Lyra, assinou em Petrolina o contrato de concessão do Bloco 1 - Sertão com a Vita Sertão Concessionária de Saneamento S.A. O contrato abrange os serviços de distribuição de água, coleta e tratamento de esgoto em 24 municípios: Afrânio, Araripina, Bodocó, Cabrobó, Cedro, Dormentes, Exu, Granito, Ipubi, Lagoa Grande, Moreilândia, Orocó, Ouricuri, Pamamirim, Petrolina, Salgueiro, Santa Cruz, Santa Filomena, Santa Maria da Boa Vista, São José do Belmonte, Serrita, Terra Nova, Trindade e Verdejante. A concessão, com prazo de 35 anos a contar da assinatura, prevê o pagamento de outorga estruturado em três parcelas: (i) primeira parcela, correspondente a 60% do total destinado aos municípios, paga na data da assinatura do contrato;

(ii) segunda parcela, equivalente a 20%, devida no início da operação plena pela concessionária; e (iii) terceira e última parcela, de 20%, exigível dois anos após o pagamento da segunda parcela.

A Compesa recebeu um montante de cerca de R\$ 212,5 milhões no mês de abril, e receberá os próximos pagamentos conforme previsão contratual.

Com a assinatura do contrato, iniciou-se formalmente o período de transição operacional, com duração de até 180 dias. Durante esse período, os serviços continuam sendo prestados integralmente pela Compesa, enquanto a Vita Sertão conduz o inventário dos bens reversíveis, realiza diagnósticos técnicos, estrutura suas equipes e planeja as primeiras intervenções operacionais.

Bloco 2 - RMR/Pajeú: Contrato Previsto para Assinatura

Até a data de autorização para emissão das presentes demonstrações financeiras, o Consórcio Pernambuco Saneamento (Acciona e BRK Ambiental) ainda não havia tido seu contrato formalizado. A assinatura do respectivo contrato está prevista para ocorrer em abril 2026.

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da Companhia Pernambucana de Saneamento - COMPESA, em reunião ordinária realizada em 23 de abril de 2026, presidida pelo Sr. José Almir Cirilo, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, após haver procedido ao exame das Demonstrações Contábeis referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas do Relatório da Administração, Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, demais demonstrações financeiras e respectivas Notas Explicativas, devidamente avaliadas e auditadas por auditor independente, com emissão de parecer sem ressalvas, e em conformidade com as disposições estatutárias e a legislação societária vigente, manifestou-se, por unanimidade, no sentido de que os referidos documentos refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia, bem como o seu desempenho econômico-financeiro no exercício de 2025, recomendando seu encaminhamento para apreciação e aprovação pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, nos termos da Lei nº 6.404/76.

No que se refere à destinação do lucro do exercício, o Conselho Fiscal examinou a proposta apresentada pela Administração, manifestando-se favoravelmente à constituição de reserva legal no montante de R\$ 9.614.319,39 (nove milhões, seiscentos e quatorze mil, trezentos e dezenove reais e trinta e nove centavos), à constituição de reserva estatutária no valor de R\$ 19.228.638,78 (dezenove milhões, duzentos e vinte e oito mil, seiscentos e trinta e oito reais e setenta e oito centavos), bem como à apropriação dos Juros sobre Capital Próprio - JCP, no montante de R\$ 37.777.286,41 (trinta e sete milhões, setecentos e setenta e sete mil, duzentos e oitenta e seis reais e quarenta e um centavos), nos termos do art. 9º da Lei nº 9.249/95 c/c inciso V do art. 187 da Lei nº 6.404/76.

O Conselho Fiscal manifestou-se, ainda, favoravelmente à destinação de dividendos adicionais propostos no montante de R\$ 125.666.143,25 (cento e vinte e cinco milhões, seiscentos e sessenta e seis mil, cento e quarenta e três reais e cinco centavos), os quais, em razão da condição de imunidade tributária da Companhia, serão incorporados ao capital social, conforme

disposições legais e estatutárias aplicáveis.

Dessa forma, o Conselho Fiscal, por unanimidade, emitiu parecer favorável à aprovação da destinação do lucro do exercício de 2025, recomendando o encaminhamento da matéria à Assembleia Geral Ordinária para deliberação dos acionistas.

Recife, 23 de abril de 2026.

José Almir Cirilo - Presidente

Ana Luiza Gonçalves Ferreira - Membro Titular

Gilson José Monteiro Filho - Membro Titular

José de Anchieta dos Santos - Membro Titular

Maurício Santos Oliveira Júnior - Membro Titular

Parecer do Comitê de Auditoria Estatutário

O Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia Pernambucana de Saneamento - COMPESA, em reunião ordinária realizada em 23 de abril de 2026, presidida pelo Coordenador Sr. Ronaldo Vieira de Queiroz, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, após haver procedido ao exame das Demonstrações Contábeis referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas do Relatório da Administração, Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, demais demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, que foram avaliados e cancelados pela AUDIMEC - Auditor Independente, sem ressalvas, e em cumprimento às disposições estatutárias e à legislação societária vigente, manifestou-se, por unanimidade, no sentido de que os referidos documentos refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia, bem como o seu desempenho econômico-financeiro no exercício de 2025, recomendando o en-

caminhamento para apreciação e aprovação pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, nos termos da Lei nº 6.404/76.

No que se refere à destinação do lucro do exercício, o Comitê de Auditoria Estatutário examinou e opinou favoravelmente quanto à apropriação dos Juros sobre Capital Próprio - JCP, no valor de R\$ 37.777.286,41 (trinta e sete milhões, setecentos e setenta e sete mil, duzentos e oitenta e seis reais e quarenta e um centavos), em cumprimento ao inciso III do art. 163 da Lei nº 6.404/76, manifestando-se pela sua destinação aos acionistas, com base no art. 9º da Lei nº 9.249/95 c/c inciso V do art. 187 da Lei nº 6.404/76, submetendo o assunto à apreciação dos Senhores Acionistas na próxima Assembleia Geral Ordinária.

O Comitê manifestou-se, ainda, favoravelmente à integralização dos dividendos adicionais propostos, no valor de R\$ 125.666.143,25 (cento e vinte e cinco milhões, seiscentos e sessenta e seis mil, cento e quarenta e três reais e vinte

e cinco centavos), ao capital social da Companhia, em conformidade com as disposições legais e estatutárias aplicáveis, submetendo o assunto, com parecer favorável, à apreciação dos Senhores Acionistas na próxima Assembleia Geral Ordinária.

Recife, 23 de abril de 2026.

Ronaldo Vieira de Queiroz

Coordenador do Comitê de Auditoria Estatutário

Watts Dannyela Souza de Jesus - Membro Efetivo

Sérgio Longman - Membro Efetivo

DIRETORIA	
Diretoria da Presidência	DOUGLAS BALDUÍNO GUEDES DA NÓBREGA
Diretoria de Gestão Corporativa	ROSANE NUNES PATARRA
Diretoria de Produção e Planejamento Operacional	FLÁVIO COUTINHO CAVALCANTE
Diretoria de Engenharia	ARTUR CORREIA RODRIGUES
Diretoria de Sustentabilidade e Eficiência	JOSÉ FERNANDO UCHÔA COSTA NETO
Diretoria de Distribuição da RMR e Matas	ISABELLE DE SOUTO CRASTO
Diretoria de Distribuição do Agreste e Sertão	DANIEL GENUÍNO BEZERRA
Diretoria Comercial e de Tecnologia	KLEBER COELHO PAZ
Diretoria de Parcerias e Projetos Estratégicos	RICARDO ANTÔNIO TORRES RODRIGUES



CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
Presidente	ALEX MACHADO CAMPOS
Vice-Presidente	MARCELO CAUÁS ASFORA
Membros Efetivos	HUMBERTO CORREIA LIMA JÚNIOR
	CELSO LUIZ AGRA DE SÁ
	IGOR FONTES CADENA
	BRUNA RAFAELA DORNELAS DE A. L. MONTEIRO
	VICTOR PALÁCIO DE OLIVEIRA
	ANDERSON SANTOS QUADROS
	ULISSES VALERIANO FRANCISCO DE SOUSA

CONSELHO FISCAL	
Presidente	JOSÉ ALMIR CIRILO
Membros Efetivos	ANA LUIZA GONÇALVES FERREIRA
	GILSON JOSÉ MONTEIRO FILHO
	JOSÉ DE ANCHIETA DOS SANTOS
	MAURÍCIO SANTOS OLIVEIRA JÚNIOR
COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO	
Coordenador	RONALDO VIEIRA DE QUEIROZ
Membros Efetivos	WATTS DANNYELA SOUZA DE JESUS
	SÉRGIO LONGMAN
RESPONSÁVEL TÉCNICO	
Contador	LUCIVALDO LOURENÇO DA S. FILHO CRC-PE 022.432/0

Publicidade Legal - 29 - de ABRIL de 2026 - COMPESA - BALANÇO -
pagina unica pdf

Código do documento 59edf87a-003a-4e35-b32d-af0266d7cd4c



Assinaturas



EDITORA FOLHA DE PERNAMBUCO LTDA:01935632000100

Certificado Digital

fabiohenrique@folhape.com.br

Assinou

Eventos do documento

28 Apr 2026, 19:28:46

Documento 59edf87a-003a-4e35-b32d-af0266d7cd4c **criado** por FABIO HENRIQUE MARQUES DO COUTO (6acccc55-f69f-4107-a856-a984348d1ac8). Email:fabiohenrique@folhape.com.br. - DATE_ATOM: 2026-04-28T19:28:46-03:00

28 Apr 2026, 19:29:04

Assinaturas **iniciadas** por FABIO HENRIQUE MARQUES DO COUTO (6acccc55-f69f-4107-a856-a984348d1ac8). Email: fabiohenrique@folhape.com.br. - DATE_ATOM: 2026-04-28T19:29:04-03:00

28 Apr 2026, 19:29:27

ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - EDITORA FOLHA DE PERNAMBUCO

LTDA:01935632000100 **Assinou** Email: fabiohenrique@folhape.com.br. IP: 187.103.42.221

(mvx-187-103-42-221.mundivox.com porta: 26936). Dados do Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=AC

SyngularID,OU=AC SyngularID Multipla,CN=EDITORA FOLHA DE PERNAMBUCO LTDA:01935632000100. -

DATE_ATOM: 2026-04-28T19:29:27-03:00

Hash do documento original

(SHA256):7418b641f89e2cd4a2f66b6ce91415c400a929f5e2c10eb6ef2060f867d0a283

(SHA512):bdd9e75da4848ee31db7d3e9209130764cbf4a325d146932c295d9db2dfe1fe9a389e9d598d49cbeabe7c26945640111241352c56872ccc7e5c01c94a60e1d08

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima



Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign

Integridade certificada no padrão ICP-BRASIL

Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme **MP 2.200-2/2001** e **Lei 14.063/2020**.